

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

VANESSA ELLEN RODRIGUES RABELO

AVALIAÇÃO DOCENTE COMO DIMENSÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

BRASÍLIA - DF

2015

VANESSA ELLEN RODRIGUES RABELO

AVALIAÇÃO DOCENTE COMO DIMENSÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Doutora Danielle Xabregas Pamplona Nogueira, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Professora Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

BRASÍLIA - DF

2015

VANESSA ELLEN RODRIGUES RABELO

AVALIAÇÃO DOCENTE COMO DIMENSÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Doutora Danielle Xabregas Pamplona Nogueira, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Comissão Examinadora

Profª Dra Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
Orientadora

Profª Dra. Catarina de Almeida Santos
Examinadora

Profª Dra. Girlene Ribeiro de Jesus
Examinadora

Rabelo, Vanessa Ellen Rodrigues.

Avaliação docente como dimensão da avaliação institucional

/ Vanessa Ellen Rodrigues Rabelo. – Brasília, 2015.

Trabalho Final de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia).
Universidade de Brasília, 2015.

Orientadora: Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

A Deus pela oportunidade e grandiosa conquista. Aos meus amados pais José Cândido Rabelo e Edileusa Rabelo e ao meu presente de Deus, meu esposo Osmar Rodrigues.

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, por ter me dado a oportunidade de conquistar essa vitória. Somente diante da tua vontade meu Pai eu pude trilhar esse caminho e jamais desistir.

Ao meu avô Manoel (in memória) pelos ensinamentos sobre a importância e o valor que devemos depositar nos estudos.

Aos meus amados pais José Cândido e Edileusa, pelo amor, dedicação e empenho em educar seus filhos com tamanho esforço e determinação. Carregarei por toda vida meus pais, seus ensinamentos de luta, honestidade, respeito e perseverança.

Aos meus irmãos Iglesias e Diego, pelo apoio e incentivo aos meus estudos. Nossa união nos fortalece a cada dia e isso é o que nos torna dignos de tamanho amor e prosperidade. Obrigada meus queridos irmãos!

A minha madrinha Maria do Carmo que por longos anos contribuiu de forma significativa na minha educação.

Ao meu esposo Osmar, por ser minha fonte inspiradora de persistência nos estudos e, principalmente, por todo companheirismo, amor incondicional, pela disponibilidade e longas viagens com destino a UnB para me deixar e buscar. Obrigada Meu Amor!

As crianças da minha vida Maria Luiza, Clara Manuela, Rafaela, Ester e João Vitor que alegrem os meus dias no desempenhar das minhas atribuições de tia, madrinha e amiga.

A minha querida orientadora Danielle Nogueira por demonstrar tamanha dedicação, comprometimento, apoio, carinho, paciência, por todos os esclarecimentos e, principalmente, por todo conhecimento e experiências compartilhadas. Você foi um anjo que me fez acreditar que eu conseguiria chegar até aqui e concluir essa fase importante da minha vida.

A professora Catarina Almeida que desde o primeiro encontro de Projeto 3 me recebeu de braços abertos demonstrando durante a minha trajetória acadêmica exemplo de profissionalismo e dedicação para com a educação.

A professora Girlene Ribeiro que aceitou compor a banca da minha apresentação do Trabalho Final de Conclusão de Curso.

A professora Socorro Paixão da Universidade Federal do Piauí, pelo incentivo e por sempre acreditar que eu conquistaria a transferência para a Universidade de Brasília.

As “Sarbonitas” das minhas amigas que conheci na Universidade Federal do Piauí, pelos momentos de estudos, aprendizagens, alegrias e dificuldades que compartilhamos juntas.

Aos(as) amigos(as) guerreiros(as) em especial Marluce, Elisete, Sheila, Diana, Camila, Lara, Jéssica Nayara, Kissila, Guilherme e Joseane que tive a honra de conhecer na UnB e que me

ajudaram a driblar o medo, encorajando-me nos momentos mais difíceis da minha vida de “UnBeriana”. Levarei vocês para sempre comigo!

E a todos os familiares e amigos que direta ou indiretamente acreditaram no meu sucesso e estiveram sempre na torcida pela vitória que não é só minha, mas nossa!

Meu sincero e eterno obrigado!

"A avaliação só nos propiciará condições para a obtenção de uma melhor qualidade de vida se estiver assentada sobre a disposição para acolher, pois é a partir daí que podemos construir qualquer coisa que seja".

Luckesi

RESUMO

O presente estudo tem por tema “Avaliação docente como dimensão da avaliação institucional” e o objetivo de analisar o uso dos resultados da avaliação docente da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. O referencial teórico discutido orienta que a avaliação institucional desenvolvida nas IES se apresenta como uma ferramenta significativa para a gestão na busca pela qualidade institucional e de ensino. Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi desenvolvida em três etapas. A etapa de pesquisa documental analisou os Relatórios de Avaliação Docente do segundo semestre dos anos de 2012 e 2013. Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com gestoras dos departamentos da Faculdade de Educação: Departamento de Métodos e Técnicas (MTC), Departamento de Planejamento e Administração (PAD) e Departamento de Teorias e Fundamentos (TEF). Por fim, foi aplicado um questionário fechado a uma amostra de aproximadamente 30% dos professores dessa Faculdade. A pesquisa identificou que, apesar dos objetivos institucionais da avaliação docente estarem voltados ao autoconhecimento e à tomada de decisões, à reflexão e melhoria da prática docente e da formação do estudante, estes não estão sendo alcançados, na visão de professores e gestoras. Também foi possível perceber que os resultados da avaliação docente não estão sendo utilizados para ações efetivas de melhorias, redefinição de práticas, e nem debatidos pela gestão da Faculdade de Educação. De acordo com a opinião dos professores e gestoras, essa avaliação tem servido, basicamente, para a progressão funcional. Diante da pesquisa realizada, foi possível evidenciar a necessidade de se discutir de forma mais ampla na instituição de ensino a temática da avaliação docente para que se alcance maior efetividade quanto ao uso dos resultados desse processo avaliativo.

Palavras-chave: Avaliação Institucional, Avaliação Docente, Universidade de Brasília Faculdade de Educação.

ABSTRACT

This study is about "teaching evaluation as a dimension of institutional assessment" and aimed to analyze the use of the results of teacher assessment of the Faculty of Education at the University of Brasilia. The discussed theoretical framework that guides the institutional assessment developed in this IES presents itself as a significant tool for managing the search for institutional quality and teaching. This research was conducted in three stages achieving the proposed objectives. The document research phase analyzed the Assessment Reports second half of the Teaching from 2012 to 2013 years. In the second phase were carried out semi-structured interviews with managers of the School of Education departments: Methods and Techniques (MTC) Department Planning and Administration (PAD) and the Department of Theory and Fundamentals (TEF). Finally, a delimited questionnaire realized a sample of approximately 30% of that power was applied teachers. In despite of this research has identified the institutional goals of teaching evaluation, aiming self-knowledge and decision making, reflection and improvement of teaching practice and student training, these are not being achieved, in the view of teachers and managers. It was also observed that the teaching evaluation results are not being used for effective improvement actions, redefinition of practices, nor discuss the management of the Faculty of Education. According to the opinion of teachers and managers, this evaluation has served primarily for career progression. Before the survey, it became clear the necessity to discuss more broadly the educational institution sem the issue from teacher assessment for achieving better effectiveness using from this evaluation process results.

Keywords: Institutional Assessment, Teacher Evaluation, University of Brasilia School of Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Comparativo das médias aproximadas obtidas na avaliação docente da Faculdade de Educação em relação a UnB.	49
Gráfico 2: Comparativo das médias obtidas na avaliação docente no MTC.....	50
Gráfico 3: Comparativo das médias obtidas na avaliação docente no PAD.	52
Gráfico 4: Comparativo das médias obtidas na avaliação docente no TEF	55
Gráfico 5: A avaliação docente promove o aperfeiçoamento institucional.....	65
Gráfico 6: A avaliação docente consiste em um trabalho conjunto de gestores, docentes e discentes	66
Gráfico 7: A avaliação docente é parâmetro para correção de problemas na trajetória do ensino, rumo à excelência acadêmica.....	67
Gráfico 8: Percentual quanto a discordância, concordância, neutralidade	68
Gráfico 9: A avaliação docente serve para a progressão funcional.....	69
Gráfico 10: Percentual quanto a discordância, concordância, neutralidade	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Composição da amostra da pesquisa	25
Tabela 2: Percepção sobre o desempenho dos professores do Departamento de Métodos e Técnicas – MTC da Faculdade de Educação da UnB.	50
Tabela 3: Percepção sobre o desempenho do professor do Departamento de Planejamento e Administração - PAD da Faculdade de Educação da UnB.	53
Tabela 4: Percepção sobre o desempenho dos professores do Departamento de Teoria e Fundamentos - TEF da faculdade de Educação da UnB.	55
Tabela 5: Percepção dos professores da Faculdade de Educação da UnB sobre avaliação docente.....	64
Tabela 6: Percepção dos professores da Faculdade de Educação da UnB quanto ao uso dos resultados da avaliação docente.....	68

LISTA DE SIGLAS

Andifes - Associação das Instituições Federais do Ensino Superior
CAI - Comissão de Avaliação Institucional da Universidade de Brasília
CEA - Comissão Especial de Avaliação
CEG - Câmara de Ensino de Graduação
Cepe - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
Cespe - Centro de Seleção e Promoção de Eventos
Cipp - Contexto-Insumo-Processos-Produtos
Conaes - Comissão Nacional de Avaliação da Educação
CCD - Câmara de Carreira Docente
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPD - Centro de Informática
DEG - Decanato de Graduação
Enade - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FE – Faculdade de Educação
FUB – Fundação Universidade de Brasília
GTA - Grupo Técnico de Avaliação
IES - Instituições de Ensino Superior
Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC - Ministério da Educação
MTC – Método e Técnicas
Paai - Plano de Auto avaliação Institucional da Universidade de Brasília
PAD – Planejamento e Administração
Paiub - Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras
Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TEF – Técnicas e Fundamentos
UNB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

MEMORIAL	15
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 – AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONCEITOS E HISTORICIDADE	27
1.1 O que é avaliação institucional?.....	27
1.2 Avaliação institucional no Brasil: do Paiub ao Sinaes	29
1.3 Avaliação docente no contexto da avaliação institucional	34
CAPÍTULO 2 – AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E QUESTÕES ATUAIS	38
2.1 A instituição Universidade de Brasília – UnB.....	38
2.2 Avaliação Institucional na Universidade de Brasília	39
CAPÍTULO 3 – AVALIAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: A FACULDADE DE EDUCAÇÃO EM FOCO	47
3.1 O desempenho da Faculdade de Educação na avaliação docente da UnB.....	47
3.2 A percepção de gestores da Faculdade de Educação sobre a avaliação docente na UnB... 58	
3.3 A percepção de docentes da Faculdade de Educação sobre a avaliação docente na UnB .. 63	
3.4 Possíveis conclusões sobre a percepção dos gestores e professores da Faculdade de Educação sobre a avaliação docente da UnB.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS	77
PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS.....	81
APÊNDICE	82

MEMORIAL

Em 1990 na cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, nasce a filha de José Candido Rabelo e Edileusa Rodrigues Ferreira Rabelo. Apesar de não ter sido muito bem aceita inicialmente pelos próprios irmãos, pelo fato de minha mãe ter engravidado com uma idade considerada avançada, tornei-me o elo entre eles, os sentimentos de amor e carinho ficaram mais fortes a cada dia.

Filha de uma distinta dona de casa e de um pedreiro talentoso, sempre busquei aproveitar a oportunidade que eles proporcionavam para com os meus estudos. Apesar da pouca condição financeira, eles não mediam esforços para dar prioridade aos estudos dos filhos.

Durante toda minha vida escolar, estudei em escola particular dos bairros próximos a minha casa. A primeira escola foi Educandário Elefante Branco, onde permaneci do Jardim I até o Jardim III no turno vespertino. Lembro-me que adorava terminar os deveres e ir ajudar os colegas, ensinando e imitando a professora. Foi nessa escola que aprendi a ler e a primeira palavra lida foi GA-TO, da tarefinha feita na antiga máquina Mimeógrafo, uma das primeiras formas de fazer cópia em série existente nas escolas que utilizava papel estêncil e álcool. Outro recurso muito conhecido e bastante explorado pelas professoras do jardim na minha época era a Cartilha do ABC. Adorava e ficava ansiosa para pintar os desenhos que representavam cada letra do alfabeto nessa cartilha.

Saí do Educandário Elefante Branco alfabetizada no Jardim III. Em seguida fui matriculada no Colégio Evolução no turno da manhã, localizado na rua atrás da minha casa. A diretora dona Bem Vinda aconselhou minha mãe que eu “pulasse” a série da alfabetização e fosse logo para a primeira série, pois eu estava bem adiantada na leitura e na escrita. A ideia não foi muito bem aceita pela minha mãe que sabiamente não permitiu que eu “pulasse” as etapas escolares.

Nesse colégio, cursei da alfabetização à terceira série do ensino fundamental. Conheci professoras que entraram para minha história, como a professora Janete de Língua Portuguesa. A minha brincadeira favorita das tardes ensolaradas era “escolinha” com a participação das amigas da rua. Sempre me colocavam pra ser a professora e o que eu aprendia e trazia de atividades da escola passava no quadro (parte superior e inferior do portão preto da minha casa). Quando minhas alunas não podiam vir para as aulas eu montava uma sala de aula com as bonecas e saía distribuindo meus livros e cadernos usados para cada uma. Fingia que as bonecas alunas ficavam conversando e logo tratava de levá-las a diretoria.

Não poderia deixar de falar como foi especial minha colação do ABC no ano de 1996. Passei dias ensaiando com os outros alunos no pátio da escola uma linda valsa. Aquele parecia um momento único na minha vida e hoje tenho esse mesmo sentimento ao ver outro sonho se realizando com o mesmo significado... Colação de grau! Agora do ensino superior.

No final do ano de 1999 em que estava prestes a concluir a terceira série, meus pais receberam a ligação da minha madrinha afirmando que havia conseguido uma bolsa de estudo para mim em uma escola de um bairro próximo. Não conseguia acreditar na ideia de mudar de escola. Implorava a meu pai dizendo que não queria sair do Colégio Evolução, pois não queria deixar os amigos e as professoras, mas o meu choro de nada adiantou. Fui convencida por minha mãe que na outra escola eu também iria ter amigos e acima de tudo a bolsa era integral e meus pais já não estavam mais podendo pagar a mensalidade da escola. Minha mãe costumava dizer que foi o melhor presente que eu podia ter ganhado, pois iria continuar estudando em uma boa escola sem pagar mensalidade.

No ano seguinte fui para a nova escola, Cooperativa Educacional de Teresina Ltda. - Coetel. Já cheguei com a pressão psicológica da minha mãe de que eu não poderia nem pensar em reprovação, pois perderia a bolsa de estudo que a minha madrinha havia conseguido por ser funcionária da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – Semel que fazia parceria com a escola. Na época a escola não tinha ginásio, então ocorria um acordo em que a escola repassava bolsas de estudo em troca de horários para a educação física no ginásio municipal.

Entrei para a Coetel na quarta série do ensino fundamental para estudar pela manhã. Aos poucos fui me familiarizando com a nova escola, professores e os colegas de sala. Tive a oportunidade de conhecer grandes professores nessa escola.

Éramos motivados a leitura constantemente. Toda semana alugávamos livros na biblioteca para leitura em casa. Não era uma atividade obrigatória, eu fazia por prazer. Adorava chegar em casa e depois do almoço deitar na cama para ler os paradidáticos.

No primeiro ano do ensino médio recebi a notícia de que eu não poderia mais estudar como bolsista por que a Semel não havia mais aceitado o acordo com a escola. Minha mãe resolveu conversar com o diretor da escola e explicar que não tinha condições de pagar a mensalidade. De forma compreensível e sincera o diretor nos ofereceu uma bolsa por conta própria de cinquenta por cento por entender que eu sempre obtive bons resultados e empenho. No ano seguinte o acordo foi renovado e retomei os estudos com bolsa integral.

Permaneci nessa escola até o terceiro ano do ensino médio (2008), ano em que as decisões sobre o futuro profissional estão sendo delineadas e a pressão do vestibular consumindo a mente. Posso afirmar que não recebi muitas influências dos familiares quanto à

escolha do curso, eles sempre me deixaram livre para decidir sobre qual carreira seguir. No final desse ano, prestei vestibular para as duas universidades públicas, Universidade Federal do Piauí - UFPI e Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

Na UFPI, participei do Programa Seriado de Ingresso a Universidade – PSIU. Todo final de ano do ensino médio realizávamos uma fase desse programa e a nota final de cada etapa era calculada para que se chegasse ao resultado final no último ano. Ingressava na universidade quem obtivesse a nota satisfatória para o curso escolhido e de acordo com o número de vagas. As minhas escolhas foram Jornalismo na primeira opção e Pedagogia na segunda opção do vestibular da UESPI, já para o vestibular da UFPI a escolha foi direta por Pedagogia.

Infelizmente não obtive êxito nos vestibulares das universidades públicas nesse ano, não consegui alcançar a nota esperada. Foi então que preocupado com meu futuro meu irmão mais velho que trabalhava em uma faculdade particular me perguntou se eu queria fazer um curso nessa faculdade, pois como funcionário ele tinha direito a oitenta por cento de desconto em qualquer curso. Uma nova esperança surgiu, meus pais e os próprios irmãos sonhavam com um futuro promissor para mim, eles sempre buscaram de alguma forma me apoiar para que eu não desistisse dos estudos, principalmente me sustentando para que eu conseguisse me dedicar completamente.

No início do ano de 2009, fiz o vestibular na faculdade onde meu irmão trabalhava e passei em primeiro lugar geral. Escolhi o curso de Pedagogia e segui rumo a conquista da graduação superior. Entrei na faculdade particular sem jamais desistir do sonho de entrar na universidade pública. No final desse mesmo ano fiz novamente o vestibular e passei para o curso de Pedagogia tanto da UFPI quanto da UESPI. Nesse ano a UFPI já havia aderido ao Exame Nacional do Ensino Médio - Enem como forma de ingresso na universidade.

Essa foi uma das maiores conquistas para mim e para meus pais, principalmente para meu pai, um homem batalhador que nunca teve a oportunidade de estar em uma sala de aula, teve a chance de se realizar vendo sua filha ingressar em uma universidade pública.

Parecia que eu estava vivendo um sonho. Entrar na universidade me fez despertar e conhecer outro mundo que eu não imaginava que existisse. Conheci pessoas extraordinárias, grandes mestres motivadores e de excelência profissional, fiz amizades para toda vida.

Na UFPI, cursei quatro semestres até que decidi partir para uma nova jornada, agora a dois. No ano de 2012 no mês de maio resolvi fazer a prova de transferência facultativa para a Universidade de Brasília (UnB), pois o meu casamento estava marcado para julho desse mesmo ano e meu esposo já morava em Brasília, motivo pelo qual decidi transferir meu curso.

Meus pais só permitiriam a minha vinda para a capital federal se eu passasse na prova de transferência, caso contrário eu até poderia casar, mas iria morar longe do marido até concluir o curso em Teresina. O que era esperar mais uns dois anos e meio para quem já namorou sete anos à distância?!

Fiz a prova em maio e o resultado da minha aprovação saiu em junho. Em meio aos preparativos para o casamento, organizei também toda papelada para a tão sonhada entrada em uma das mais renomadas universidades do país. Parecia que estava ingressando pela primeira vez... Diante da aprovação consegui a permissão dos meus pais para morar tão longe e seguir esse sonho rumo a graduação.

Ao chegar a UnB me deparei com algumas novidades que aos poucos fui me adaptando, como a grade curricular aberta, o matrícula web, a passagem por distintas salas de aula durante o dia e a conquista a cada semestre de novos colegas.

No decorrer da graduação cursei matérias muito interessantes e de ganho cognitivo imensurável como, por exemplo, políticas públicas, avaliação nas organizações educativas, história da educação, psicologia da educação, administração das organizações educativas. Em políticas públicas tive a oportunidade de desenvolver maior criticidade sobre as políticas que permeiam a educação do nosso país e principalmente a importância da luta constante por melhorias e valorização da educação no Brasil.

Na UnB também tive a oportunidade de participar do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) com a professora Simone Lisniewski. Foi a minha primeira experiência com a pesquisa e posso afirmar que as aprendizagens foram as mais distintas e ricas, levando para vida pessoal e principalmente profissional conhecimentos ímpares e significativos.

Com relação aos projetos ofertados na Faculdade de Educação, desde a primeira fase do projeto três eu tive a oportunidade de aprender, vivenciar novos saberes e construir conhecimentos com as professoras Catarina Almeida e Danielle Nogueira, além de desenvolver a partir da fase dois do projeto três os meus estudos na área que envolve o meu tema da monografia e graças à orientação, sabedoria e experiência dessas duas queridas docentes tenho realizado a cada dia um novo passo na estrada do conhecimento.

Por meio do estágio obrigatório tive a oportunidade de vivenciar a prática em sala de aula e acima de tudo confirmar ainda mais a importância do profissional da educação na formação das crianças do nosso país. O estágio na escola foi um dos momentos mais marcantes durante a minha trajetória acadêmica, principalmente por colocar na bagagem da formação profissional experiências inigualáveis.

A escolha da minha temática do trabalho final de conclusão de curso deu-se pelo interesse em conhecer melhor o processo de avaliação docente, além de poder compreender e esclarecer a importância desse assunto para o meio acadêmico.

Enfrentei grandes obstáculos para chegar até aqui e o maior deles está sendo viver longe da minha família que sei que mesmo longe geograficamente estão torcendo pela minha vitória. O sentimento que me vem agora nessa reta final é de agradecimento e satisfação por ter vivido momentos únicos na universidade na presença de grandes professores e colegas.

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda o tema avaliação docente como dimensão da avaliação institucional apresentando a temática da avaliação institucional desenvolvida nas instituições de ensino superior – IES regulamentada atualmente pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e busca analisar, principalmente, o uso dos resultados da avaliação docente no âmbito da política de avaliação institucional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

A avaliação institucional pode ser entendida como um processo contínuo de aperfeiçoamento do ensino e da instituição como um todo, a qual possibilita a gestão obter uma visão global do desempenho das práticas institucionais. Essa avaliação é considerada uma ferramenta relevante na busca pela qualidade institucional e de ensino.

Sobrinho (2011) destaca que é por meio da avaliação institucional, contínua, global e formativa que a Universidade concentra as suas relações sociais e pedagógicas. Para Oliveira et al (2006, p.85) a avaliação deve “servir ao propósito de contribuir para a formulação de juízos equilibrados e para a tomada de decisões que incidirão diretamente sobre o aperfeiçoamento do processo de desenvolvimento das IES”.

De acordo com Belloni (1999, p.38) a avaliação institucional presente nas instituições educacionais refere-se “à análise do desempenho global da instituição, considerando todos os valores envolvidos, em face dos objetivos ou missão da instituição, no contexto social, econômico, político e cultural no qual está inserida”.

Esse processo avaliativo permite a instituição avaliar o seu funcionamento, além de possibilitar a obtenção de conhecimentos sobre os seus resultados, permitindo identificar o que está favorecendo ao bom desempenho institucional, bem como os aspectos que precisam ser superados para que se mantenha ou melhore a qualidade da instituição de ensino. A avaliação institucional também é um mecanismo que serve de parâmetro para que a sociedade possa sinalizar seu julgamento.

No período que antecede a década de 1980, não tinha no Brasil uma metodologia unificada e sistematizada que pudesse avaliar a educação. Foi a partir dessa década que instituições públicas e privadas começaram seus esforços em busca de métodos e técnicas para destacar as ponderações referentes à melhoria da qualidade na educação. Em decorrência desses esforços é que surgiu a criação de vários métodos de avaliação institucional em todas as instâncias.

Os motivos que fortaleceram a existência da avaliação institucional enfatizaram a importância desse processo avaliativo abranger todos os aspectos que compõem a Universidade, inclusive as relações da instituição com a sociedade e o Estado.

Foi a partir da década de 1990 por meio das mobilizações da Associação das Instituições Federais do Ensino Superior-Andifes que as experiências de autoavaliação com o apoio de órgãos do governo favoreceram a criação do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras – Paiub. O surgimento desse programa se deu pela necessidade da existência de uma avaliação permanente que trouxesse também o resultado de outras avaliações ao sistema.

O Paiub se destacou por ser a primeira tentativa de consolidação de um sistema nacional de avaliação institucional da educação superior no país, se apresentando como um retorno às mobilizações das universidades públicas brasileiras que travaram o desafio de estabelecer esse sistema.

O Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras não conseguiu se firmar como sistema de avaliação, abrindo caminho a novas táticas de avaliação definidas pelo Ministério da Educação. Diante dos propósitos de melhorias para a educação superior e da necessidade de um sistema de avaliação institucional mais abrangente, integrado que pudesse abranger as instituições de ensino superior em sua totalidade foram desenvolvidos estudos e discussões no intuito de criar um sistema que envolvesse essas características.

Foi a partir daí que instituiu-se pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Esse sistema fundamenta-se primordialmente na necessidade de proporcionar a melhoria da qualidade da educação superior. Polidori et al., 2006, p.430 destaca que o Sinaes tem o objetivo de “assegurar o processo de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior compreende três eixos significativos que buscam alcançar as IES em sua totalidade - a avaliação das instituições, dos cursos e dos discentes, envolvendo nesses eixos as avaliações internas e externas, bem como a autoavaliação.

Pode-se afirmar que a avaliação docente está inserida no processo de autoavaliação institucional permitindo a instituição, segundo os documentos do Sinaes, maiores conhecimentos e reflexão sobre a sua realidade.

A avaliação docente presente no contexto da avaliação institucional é um mecanismo relevante no que se refere ao alcance da qualidade do ensino, possibilitando a gestão ter uma

visão mais analítica do seu quadro docente e aos professores sobre o seu desenvolvimento e prática pedagógica.

Segundo Ramos e Moraes (2000) apud Macedo (2001):

A avaliação de desempenho docente contribui para a melhoria da qualidade do ensino, independente do nível de ensino. Sendo processo imprescindível quando o docente pretende qualificar sua ação em direção a um ensino mais produtivo, mais adequado à realidade e mais humano. (p. 41).

E é diante desse entendimento que a avaliação docente deve possibilitar que se alcance maiores conhecimentos sobre a sua realidade, permitindo que ocorram múltiplas aprendizagens, transformações e que proporcione melhorias na formação dos estudantes.

Problema de pesquisa e justificativa

Por meio do entendimento sobre a avaliação docente no âmbito da política de avaliação institucional, torna-se importante uma reflexão: como se dão o uso dos resultados da avaliação docente da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília? A partir desse problema, tem-se o objetivo geral de analisar o uso dos resultados da avaliação docente da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Este estudo justifica-se por tratar da relevância do processo de avaliação docente como dimensão da avaliação institucional. O estudo sobre essa temática possibilita tanto a instituição de ensino superior como aos sujeitos integrantes da comunidade acadêmica, maiores conhecimentos e esclarecimentos sobre esse processo avaliativo e, também, acerca do uso dos seus resultados. O desenvolvimento desse trabalho irá possibilitar a gestão da IES e aos docentes uma maior reflexão sobre os parâmetros que envolvem a avaliação docente e as políticas que permeiam a avaliação institucional.

A escolha da temática desse trabalho se deu pelo interesse em conhecer esse processo de avaliação, além de poder esclarecer a importância desse assunto para o meio acadêmico. Por fazer parte do cotidiano acadêmico percebi que muitos colegas não viam/veem significado e relevância em participar da avaliação institucional por não visualizarem o retorno com os resultados desse processo avaliativo. Esse é um discurso de boa parte dos meus colegas desde quando entrei na universidade e isso me instigou a estudar essa temática como forma de demonstrar a relevância da realização desse processo avaliativo para o todo da

universidade, ou seja, para os gestores, docentes, estudantes, principalmente se realizado de forma efetiva na instituição.

Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido com base na abordagem mista de pesquisa, que contempla aspectos qualitativos e quantitativos. Configura-se em uma pesquisa exploratória que, segundo Gonsalves (2011, p.67) é “aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado”.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas: pesquisa documental, entrevista semi-estruturada e questionário fechado.

A pesquisa documental teve como objetivo identificar como se dá o processo de avaliação docente no âmbito da política de avaliação institucional. Para isso, foram consultados os Relatórios da Avaliação Docente dos departamentos da Faculdade de Educação da UnB do segundo semestre do ano de 2012 e segundo de 2013, os quais foram obtidos durante o estágio obrigatório realizado no Decanato de Ensino de Graduação – DEG da UnB no primeiro semestre de 2014. A escolha dos dados desses semestres para análise se deu pelo fato de serem os mais atuais e completos no período de realização do estágio.

Na segunda etapa da pesquisa, foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturada, direcionado às chefes dos três departamentos da Faculdade de Educação da UnB, a fim de coletar informações a respeito da percepção de gestores da FE quanto à eficácia dos objetivos propostos pela política de avaliação institucional e acerca do uso dos resultados da avaliação docente na FE.

As entrevistas foram gravadas e transcritas no decorrer do Projeto V no primeiro semestre de 2015, mediante prévia autorização das gestoras pesquisadas com duração em média de dez minutos cada. A entrevista é um procedimento de coleta de informações comum em pesquisas do tipo qualitativas.

Essa etapa da pesquisa contempla a abordagem qualitativa a qual Gonsalves (2011, p.70) coloca que esse tipo de abordagem “preocupa-se com a compreensão e interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica”, Gerhartdt e Silveira (2009, p.32) corroboram

com os estudos de Gonsalves. Segundo as autoras a pesquisa qualitativa “preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

A terceira etapa buscou levantar informações a respeito da percepção de professores da FE quanto à eficácia dos objetivos propostos pela política de avaliação institucional e acerca do uso dos resultados da avaliação docente na FE. Para isso, foi aplicado um questionário fechado junto a uma amostra de docentes dos três departamentos da Faculdade de Educação.

O instrumento é composto por dezessete itens, divididos em dois eixos. O primeiro eixo se refere a avaliação docente no âmbito da política de avaliação institucional da Universidade de Brasília, buscando atender ao objetivo específico de analisar a eficácia dos objetivos propostos pela política de avaliação institucional compreendendo os dez primeiros itens, e o segundo é alusivo quanto ao uso dos resultados da avaliação docente na UnB contendo sete itens, que se referem ao objetivo específico de avaliar a percepção de professores e gestores acerca do uso dos resultados da avaliação docente.

Para os itens do questionário foi utilizada uma escala de sete pontos do tipo Likert de respostas possíveis. De acordo com a definição de Paro (2012) a escala Likert “é uma escala psicométrica que pretende registrar o nível de concordância com uma declaração dada”. Paro (2012) também afirma que essa escala é uma das mais utilizadas em pesquisa quantitativa. Richardson (1989) apud Dalfovo et al. (2008) afirma que a pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo uso da quantificação nas modalidades de coleta de informações e, também, no tratamento dessas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas.

Mattar (2001) apud Bonice e Junior (2011, p.7) aponta que a cada item de resposta na escala Likert “é atribuído um número que reflete a direção da atitude dos respondentes em relação a cada afirmação. A pontuação total da atitude de cada respondente é dada pela somatória das pontuações obtidas para cada afirmação”. A escala Likert de sete pontos utilizada no questionário desta pesquisa pode ser visualizada para melhor entendimento por meio da figura a seguir:

0	1	2	3	4	5	6
Discordo Plenamente	Discordo	Discordo Parcialmente	Nem discordo e Nem Concordo	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Plenamente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Figura 01: Escala tipo Likert com sete pontos.

Fonte: Elaboração própria.

Cada ponto da escala corresponde a concordância do participante. Os pontos 0, 1 e 2 representam o intervalo de discordância. O ponto 3 se apresenta como ponto neutro. Os pontos 4, 5 e 6 representam o intervalos de concordância. Os pontos 0 e 6 são as extremidades da escala, sendo 0 a maior discordância e 6 a maior concordância.

Para a aplicação do questionário, foi definida como população da pesquisa os professores da Faculdade de Educação, pode se entender que são sujeitos que possuem melhor condição de responder à pesquisa pois se tratam dos próprios sujeitos avaliados pela avaliação docente. A população foi composta por 94 professores da Faculdade de Educação que estão lotados nos três departamentos: MTC, PAD e TEF.

Considerando essa população, foi selecionada uma amostra não probabilística e por conveniência. Segundo Aaker, Kumar e Day (p. 375) apud Oliveira (2001), a amostragem não probabilística é usada quando uma pesquisa tem uma população homogênea; e por conveniência, por considerar a disponibilidade de professores para participarem da pesquisa. A amostra foi constituída de aproximadamente 30% da população, assim dividida:

Tabela 1: Composição da amostra da pesquisa

Departamento	Total de Docentes	Respondentes
MTC	33	11
PAD	18	7
TEF	43	12

Fonte: elaboração própria

A aplicação do questionário ocorreu mediante convite aos docentes dos departamentos (MTC, PAD e TEF) da Faculdade de Educação e também por solicitação de preenchimento online encaminhada ao correio eletrônico dos professores. O levantamento dos dados por

meio do questionário e do roteiro de entrevista foi realizado durante o primeiro semestre de 2015.

A partir dos dados coletados, foi possível estabelecer uma relação entre os objetivos propostos institucionalmente da avaliação docente, a percepção de gestores e professores acerca desses objetivos e do uso dos resultados, e ainda, o referencial teórico discutido.

Estrutura do estudo

O referido estudo está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo será abordado os conceitos e o histórico da avaliação institucional, bem como sobre a avaliação docente no contexto da avaliação institucional. No segundo será tratado sobre a avaliação institucional desenvolvida na Universidade de Brasília – UnB. O terceiro e último capítulo aborda o conteúdo referente a avaliação docente desenvolvida na UnB, análise dos dados, descrição dos procedimentos metodológicos e a discussão com o referencial teórico. Na sequência, as considerações finais encerram o presente estudo.

CAPÍTULO 1 – AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONCEITOS E HISTORICIDADE

Este capítulo tem por objetivo discorrer sobre os conceitos e o histórico da avaliação institucional, bem como tratar sobre a avaliação docente no contexto da avaliação institucional.

1.1 O que é avaliação institucional?

A avaliação institucional se constitui de análise coletiva e processual e apresenta-se nas instituições de ensino como um processo contínuo que busca proporcionar a visão do todo da instituição, ou seja, visualizar tanto a dimensão pedagógica como de gestão, infraestrutura e outros.

Segundo Belloni (1999):

A avaliação de instituições educacionais refere-se à análise do desempenho global da instituição, considerando todos os valores envolvidos, em face dos objetivos ou missão da instituição, no contexto social, econômico, político e cultural no qual está inserida. Envolve avaliar seus processos de funcionamento e seus resultados, inseridos na sua realidade social, identificando os fatores favoráveis ao bom andamento e aqueles responsáveis pelas dificuldades, com vistas à sua superação (p.38).

A avaliação institucional desenvolvida nas Instituições de Ensino Superior – IES se revela como uma ferramenta significativa para a gestão na busca pela qualidade institucional e de ensino. Esse processo avaliativo pressupõe um conhecimento crítico da realidade interna e externa da instituição.

Para que se discuta sobre avaliação institucional é necessário que se busque o entendimento sobre o seu objeto, ou seja, a instituição de ensino e o seu papel social. Conforme Dias Sobrinho (2011, p.15), a universidade pode ser entendida como “um conjunto de processos e relações que se produzem em seu cotidiano”, ou seja, não se tem uma realidade pronta, ela se constrói diariamente diante desses processos e relações. Diante disso o autor afirma ainda que a universidade “é uma instituição social de caráter essencialmente pedagógico” e é a partir dessa compreensão que se pode perceber a “dimensão institucional da avaliação”.

Por se tratar de uma instituição composta por heterogeneidades, a universidade não deve ser entendida em um processo uniforme e unidirecional, pois esta engloba a pluralidade de ideologias e concepções políticas. O cotidiano da universidade compreende processos distintos que a complementam e a tornam uma instituição multifacetada.

Segundo Dias Sobrinho (2011):

Quando se trata de Universidade, é mais adequado o sentido de “Universidades”, o plural como indicador das diferenças e da diversidade das instituições universitárias, entendidas como produção social, portanto, históricas, distintas e cambiantes (p.16).

As instituições universitárias podem ser, portanto, definidas como um espaço que contempla distintas concepções, práticas e ideologias construídas social e historicamente. É imprescindível que se conheça a realidade da instituição de ensino, as dificuldades que nelas existem, os fatores internos e externos que atuam e contribuem para o seu desenvolvimento para que se possa buscar cada vez mais a melhoria da qualidade dessa instituição.

E é diante dessa perspectiva que a avaliação institucional ganha força de atuação como processo que permite o alcance sistematizado das informações pertinentes aos aspectos que compõem a instituição. Essa avaliação tem por objetivo a busca pela melhoria da qualidade das atividades institucionais e de ensino como forma de favorecer a construção social.

Oliveira et al (2006) ratificam esse entendimento afirmando que:

Nessa direção, acredita-se que a avaliação deva servir ao propósito de contribuir para a formulação de juízos equilibrados e para a tomada de decisões que incidirão diretamente sobre o aperfeiçoamento do processo de desenvolvimento das IES, o que significa adotar um caminho metodológico que permita a geração de mudanças no processo de suas construções e ainda na própria sistemática de avaliação institucional, tendo em vista a qualidade do trabalho acadêmico e da gestão das IES (p.85).

Nesse sentido, Belloni (2000, p.8) afirma que a avaliação institucional visa o “aperfeiçoamento” que implica na melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da gestão e demais aspectos que envolvem a instituição. Quanto aos objetivos dessa avaliação, a autora diz que a avaliação da educação superior tem dois objetivos básicos: “o autoconhecimento e a tomada de decisão com a finalidade de aperfeiçoar seu funcionamento”.

A avaliação apresenta como questão central a qualidade e este é um termo amplo principalmente quanto se refere à educação. A ideia de qualidade é uma construção social que vai mudando de acordo com os interesses dos grupos que se formam no ambiente interno e externo da universidade.

De acordo com Dias Sobrinho (2011, p.61) a “qualidade deve ser buscada na dinâmica integradora das esferas e estruturas internas e nas relações entre elas e a sociedade”. A qualidade aqui retratada deve ser entendida através das ações educativas que visam a realização das propostas e atividades que se articulam no interior da universidade.

A avaliação institucional não deve ser entendida como instrumento quantificador de atividades dos indivíduos, nem premiar ou punir as fragilidades ou ineficiências de cada profissional. Essa avaliação deve ser desenvolvida fundamentalmente com caráter pedagógico, ou seja, buscando orientar a educação para as suas finalidades específicas.

Bordignon (1995) aponta que:

A questão fundamental, tanto a da avaliação institucional quanto a do rendimento dos alunos, não se situa na quantificação de resultados, nem nos métodos de sua medição, mas na identificação dos meios e processos, das causas determinantes dos resultados, considerando a globalidade das variáveis organizacionais e representando o projeto de qualidade, a missão institucional (p.403)

Dessa forma, mais do que averiguar quanto a instituição está produzindo ou quanto os alunos estão aprendendo é importante que haja uma preocupação com os fatores ou meios da produção, seja das manifestações do conhecimento, seja da aprendizagem dos discentes.

Para os autores Dias Sobrinho e Balzan (2011) a avaliação institucional como instrumento de melhoria da qualidade é muito mais formativa do que somativa. Essas duas orientações de avaliação desempenham funções diferentes. A formativa tem função “pró-ativa” e prioriza o valor processual e das relações pedagógicas, já a somativa avalia ações ou produtos já concretizados. A avaliação somativa apresenta caráter mais burocrático e tecnocrático, características apreciadas por entidades governamentais interessadas em mensurações e classificações de cursos e instituições.

O processo de avaliação institucional é caracterizado por duas categorias distintas e relevantes identificadas como interna ou externa. A avaliação interna ocorre de forma contínua, é realizada pelos próprios sujeitos da instituição e permite a instituição obter conhecimento sobre a sua realidade compreendendo as estratégias alcançadas em suas ações. Já a avaliação externa é realizada por meio de agentes externos competentes com parâmetros técnicos e éticos.

Nesse contexto, a avaliação institucional se coloca como um mecanismo com foco nos processos e resultados das ações da instituição, levando em consideração o contexto social e histórico que está inserida, bem como as políticas públicas que a permeiam.

1.2 Avaliação institucional no Brasil: do Paiub ao Sinaes

No Brasil, as primeiras experiências sobre avaliação da educação superior teve início na década de 1980 por meio da comunidade científica brasileira, dos movimentos docentes, das agências governamentais vinculados à educação superior, mais precisamente à pesquisa.

Em meio às discussões sobre a necessidade da existência dessa avaliação, foram surgindo distintas razões pelas quais demonstravam a importância da efetivação desse processo avaliativo nas instituições de ensino superior.

Sobrinho e Balzan (2011) afirmam que:

No interior das Universidades públicas, não sem contradições, desenvolveu-se a ideia de que a avaliação era necessária ao menos por dois motivos principais: cumprimento do princípio de transparência, ou seja, a exigência ética da prestação de contas à sociedade; e mecanismo de fortalecimento da instituição pública ante as contínuas ameaças de privatização (p.7).

Nesse sentido, os motivos que nortearam a existência da avaliação institucional demonstraram a relevância da avaliação como forma de abranger todos os aspectos que envolvesse a Universidade, inclusive os de caráter contextual, ou seja, das relações dessa instituição com a sociedade e o Estado.

Segundo Sobrinho e Balzan (2011), nessa época havia uma ameaça constante ao caráter público da universidade, muito se falava em privatização dessa instituição e é nesse ponto que a avaliação ganhou ênfase em meio a crise, pois esta se coloca como uma forma significativa de a universidade se apresentar como instituição relevante e necessária socialmente.

No final da década de 1980 e início do século XX, algumas universidades começaram a desenvolver experiências de autoavaliação, contribuindo para a criação de um espaço de comunicação entre o Ministério da Educação-MEC e as instituições de ensino federais.

Foi a partir da década de 1990, especialmente nos anos de 1993-1994, por intermédio da Associação das Instituições Federais do Ensino Superior-Andifes com o apoio da SESu/MEC, que as experiências de autoavaliação contribuíram para a criação do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras – Paiub. O programa surgiu diante da necessidade da existência de uma avaliação de natureza permanente e que incluísse o resultado de outras avaliações ao sistema.

Esse programa se caracterizou por possuir dotação financeira própria, livre adesão das universidades por meio da concorrência de projetos e princípios de avaliação coerentes com posição livre e participativa. Ristoff (2011) evidencia que os princípios que orientam esse programa, conforme descrito no documento do Paiub, podem ser elencados da seguinte forma: globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não-premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade, continuidade.

O objetivo do Paiub revela-se em prestar um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, do planejamento da gestão universitária e a prestação de contas da

universidade à sociedade. Dessa forma, o Paiub estabeleceu quatro fases centrais para o processo a ser desenvolvido em cada universidade: Diagnóstico, Avaliação Interna, Avaliação Externa e Reavaliação Interna (BRASIL, 1994 apud Polidori 2006, p.427).

De acordo com Polidori et al. (2006, p.428) essas fases centrais podem ser descritas da seguinte maneira:

- 1ª - Diagnóstico: construído a partir de dados quantitativos sobre o curso em análise;
- 2ª - Avaliação interna: contemplando a autoavaliação, realizada pela comunidade acadêmica do curso;
- 3ª - Avaliação externa: realizada pela comunidade acadêmica de várias IES, profissionais de áreas, representantes de entidades científicas e profissionais, e empregadores, entre outros;
- 4ª - Reavaliação interna: feita a partir dos resultados avaliativos produzidos, propiciando uma análise com a comunidade do Curso (p.428).

O Paiub foi a primeira tentativa de se estabelecer um sistema nacional de avaliação institucional da educação superior no país, e se apresentou como um retorno às mobilizações das universidades públicas brasileiras, referente ao desafio de instituir esse sistema com foco na graduação. Contudo, no ano de 1996, a implantação do Exame Nacional de Cursos, pelo Decreto n.º 2026/96, ocasionou uma reestruturação na avaliação da educação superior, a começar pelo corte no financiamento do Paiub. Diante disso, o programa passou por mudanças em sua organização, mas não conseguiu permanecer como sistema de avaliação, dando espaço a novas estratégias de avaliação, definidas pelo Ministério da Educação. Até 2003 foram criadas outras estratégias para se avaliar a educação superior no Brasil, porém esses processos não obtiveram continuidade.

Com o propósito de traçar melhorias para a educação superior e de desenvolver um sistema mais abrangente, integrado e que envolvesse as instituições de ensino superior na sua globalidade, foram produzidos estudos e debates com a perspectiva de se constituir um sistema com essas características. E foi a partir disso que instituiu-se pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes.

O debate sobre a criação de um novo sistema de avaliação da educação superior iniciou em abril de 2003 com a criação da Comissão Especial de Avaliação – CEA que, depois de discutir com a comunidade acadêmica e com a sociedade civil organizada, produziu o documento que tem por título “Sinaes: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior” (BRASIL, 2004 apud Polidori et al. 2006, p.430).

O Sinaes baseia-se na necessidade de proporcionar a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação do crescimento da sua oferta, ampliação permanente da sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e social e, principalmente o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

Esse Sistema tem como objetivo “assegurar o processo de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” (Polidori et al., 2006, p.430).

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação – Conaes é um órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes e é a ela atribuído a responsabilidade de acompanhar esse Sistema. A Conaes tem por função estabelecer os parâmetros gerais e as regras para a operacionalização do sistema de avaliação. A operacionalização do Sistema é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. As instituições de ensino também contam com órgãos internos, como as Comissões Próprias de Avaliação – CPA, para coordenar seus processos avaliativos.

O Sinaes abrange três eixos principais para alcançar as instituições de ensino superior em sua plenitude, são eles: a avaliação das instituições, dos cursos e dos discentes, tendo como base a avaliação institucional que contempla a avaliação externa e a interna e, principalmente, o processo de autoavaliação.

O primeiro eixo referente a avaliação das instituições apresenta como objetivo verificar como as IES se constituem, quais ações são direcionadas ao atendimento à comunidade acadêmica em geral, incluindo nesse aspecto o importante desenvolvimento da autoavaliação.

Uma das principais funções da autoavaliação considerada pelo Sinaes é a de autorregulação ou mesmo autoconhecimento. Ela possibilita as instituições, maiores conhecimentos e reflexão sobre a sua realidade, permitindo assim, executar os atos regulatórios internos com maior qualidade para o efetivo cumprimento dos objetivos institucionais.

Segundo os documentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (2009):

As funções mais importantes da autoavaliação permanente são a de produzir conhecimentos, pôr em questão a realização das finalidades essenciais, identificar as causalidades dos problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos professores, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com o entorno social e a comunidade mais ampla, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e seus produtos, prestar contas à sociedade, justificar publicamente sua existência e fornecer todas as informações que sejam necessárias ao conhecimento do Estado e da população (p. 106).

A autoavaliação se desenvolve nas instituições de ensino com base em dimensões instituídas pelo Sinaes, tais como: missão e o plano de desenvolvimento institucional, política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, a responsabilidade social da instituição, a comunicação com a sociedade, as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo,

tratando do aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho, organização e gestão da instituição, infraestrutura física, planejamento e avaliação, políticas de atendimento aos estudantes e sustentabilidade financeira.

O segundo eixo que trata sobre a avaliação dos cursos de graduação consiste na realização de uma avaliação externa por uma equipe de especialistas para avaliar cursos de áreas afins, com a presença de um avaliador institucional. O trabalho desses especialistas visa auxiliar as instituições de ensino no dinamismo das suas atividades, além de contribuir na construção de metas e solucionar questões urgentes.

O terceiro e último eixo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior versa sobre a avaliação dos estudantes. Essa avaliação ocorre por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade e destina-se aos alunos dos cursos de graduação com o objetivo de acompanhar o desempenho acadêmico dos discentes em relação aos conteúdos previstos nos componentes curriculares de cada curso.

O Enade, como uma das dimensões do Sinaes, procura proporcionar uma reflexão sobre a realidade dos cursos e da instituição por meio da participação dos estudantes, favorecendo maior criticidade sobre os processos formativos das instituições de ensino.

Nesse contexto é importante destacar a importância do Sinaes em possibilitar que as IES desenvolvam a sua gestão buscando como base as informações que resultam do processo de avaliação, fazendo uso dos resultados desse processo como forma de enriquecer o planejamento das IES, proporcionando a construção de políticas internas que viabilizem um ensino superior de qualidade, além de contribuir na formulação de políticas públicas educativas.

Na legislação brasileira também é possível destacar algumas outras leis e decreto que tratam do conteúdo de avaliação institucional. A Lei Federal nº 9.394/96, artigo 9º, inciso VIII, que regulamenta a avaliação institucional nas Instituições de Ensino Superior, diz que “a União incumbir-se-á de assegurar processo nacional de avaliação das Instituições de Educação Superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre esse nível de ensino” (BRASIL, 1996).

O Decreto nº 3.860/01 vem tratar sobre a classificação, credenciamento, criação e organização dos cursos acadêmicos, das instituições de ensino superior, concedendo ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep a organização e execução da avaliação de cursos e instituições.

O Plano Nacional de Educação Lei nº 10.172/01 apresentou algumas diretrizes, objetivos e metas para a educação superior, tanto pública como privada, no tocante a

qualidade, estabelecendo a importância de se fazer um sistema de avaliação nas categorias interna e externa como forma de garantir a qualidade na tríade ensino, pesquisa e extensão e também na administração acadêmica.

O atual Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/14 com vigência de dez anos regulamenta algumas diretrizes e metas para a educação superior. Entre as diretrizes do novo PNE pode-se destacar a melhoria da qualidade da educação e a valorização dos seus profissionais da educação. O PNE apresenta algumas metas voltadas para o ensino superior, dentre elas está a elevação da qualidade da educação superior e ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício.

Para o cumprimento dessa meta o PNE coloca como estratégias o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão; indução do processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente.

1.3 Avaliação docente no contexto da avaliação institucional

A avaliação docente aplicada e desenvolvida nas Instituições de Ensino Superior, inserida como uma das dimensões da avaliação institucional é um mecanismo significativo no tocante ao alcance da qualidade do ensino que permite a gestão acadêmica ter uma visão mais analítica dos docentes e aos professores sobre o seu desenvolvimento e ações pedagógicas. A participação dos discentes na realização desse processo avaliativo é um dos requisitos principais para que esta avaliação se efetive em sua plenitude.

A universidade como espaço que engloba múltiplas inovações, cientificidade, desenvolvimento da ciência, tecnologia, distintas aprendizagens, ao passo que é produtora e reprodutora do conhecimento, também precisa compreender e analisar continuamente o desempenho de seus docentes. Macedo (2001, p. 32) afirma que “a análise do real e o conhecimento profundo do professor pressupõem um processo de avaliação”.

Segundo Ramos e Moraes (2000) apud Macedo (2001):

A avaliação de desempenho docente contribui para a melhoria da qualidade do ensino, independente do nível de ensino. Sendo processo imprescindível quando o docente pretende qualificar sua ação em direção a um ensino mais produtivo, mais adequado à realidade e mais humano (p. 41).

Macedo (2001, p.54) coloca que “o professor tem, de um modo geral, sofrido a falta de uma formação acadêmica e profissional no campo da Avaliação”, isso revela de certa forma a necessidade de se incluir na formação docente maiores conhecimentos sobre avaliação. O autor também afirma que o professor acaba se comportando mais como um “consumidor, do que um crítico na avaliação”, ou seja, o docente apenas se utiliza da avaliação, mas não desenvolve maior criticidade sobre a temática.

De acordo com Macedo (2001) esse entendimento pode ser esclarecido através de alguns aspectos, tais como:

As instituições de ensino estão deixando a desejar quanto às teorias de avaliação de desempenho necessárias à utilização dos sistemas avaliativos; a utilização da avaliação de desempenho de forma padronizada; a não consideração do contexto quando elaborada as metodologias de avaliação; envolvimento insipiente dos profissionais no planejamento e na implantação do sistema, e a utilização dos resultados com função punitiva (p.54).

É necessário ressaltar, a necessidade de se preparar os professores em processo formativo para a relevância da percepção dos assuntos que acontecem nos ambiente externos a sala de aula como, por exemplo, a importância da avaliação docente e institucional, para que possam subsidiá-los a uma análise do sistema educativo com o intuito de melhor alcançar a qualidade da instituição de ensino.

De acordo com as autoras Sordi e Ludke (2009):

[...] a aprendizagem da avaliação precisa ser elevada à condição estratégica nos processos de formação docente, sejam eles iniciais ou permanentes, e isso inclui o exercício da autoavaliação e a avaliação pelos pares. Um professor familiarizado com estas práticas ganha condição de bem ensinar e bem realizar a avaliação de/com seus estudantes. Assim como compreenderá, com algum prazer, que lhe cabe o direito/dever de participar de processos de avaliação da escola em que trabalha, co-responsabilizando-se pelo desenvolvimento do seu projeto pedagógico (p.317).

Dessa forma, é fundamental que os professores recebam maior atenção dos gestores, proporcionando a esses profissionais uma melhor preparação, na perspectiva de que para se garantir um ensino de qualidade é necessário que haja um trabalho conjunto entre docentes, gestores e discentes.

Em consonância com tal entendimento, Macedo (2001, p.54) afirma que diante da presença do “necessário suporte institucional”, será o docente que se responsabilizará pela quantidade e qualidade da melhoria do processo ensino/aprendizagem e é nesse sentido que a avaliação docente tem papel principal, ao permitir aos gestores que observem as necessidades que precisam ser supridas na instituição referente ao seu quadro docente, e aos professores a reflexão sobre a sua prática, visando sempre a busca pela melhoria no seu desempenho da prática de ensinar.

Como dimensão da avaliação institucional, a avaliação docente apresenta alguns objetivos fundamentais em consonância com o objetivo da instituição de ensino que é a excelência acadêmica.

Macedo (2001, p.53) aponta que esses objetivos podem ser elencados da seguinte forma: “melhorar o desempenho docente e ajudar a tomar decisões equitativas e eficientes com referência ao corpo docente”.

Nesse sentido, a avaliação docente deve permitir que se obtenha maiores conhecimentos sobre a sua realidade, para que se possa aprender com ela, e também, transformá-la por meio de estratégias formativas e participativas de acordo com as singularidades e necessidades dos docentes, sem que haja qualquer tipo de indução punitiva.

A avaliação docente deve ser tratada como um processo que vem trazer melhores condições de se buscar estratégias para o crescimento da instituição, bem como para o desempenho do professor. Ela não deve ser pensada como instrumento em que os alunos, por serem os respondentes e de certa forma responsáveis pela avaliação, um mecanismo de afrontamento ou até mesmo como motivo para penalizar o docente.

Os alunos tem papel fundamental na consolidação do processo de avaliação docente. A razão pela qual a avaliação docente é realizada pelos discentes pode ser entendida pelo fato de que o aluno passa mais tempo com o professor e também por ser o aluno o maior interessado no processo de aprendizagem.

Segundo Rippey (1975) apud Macedo (2001) há duas razões pelas quais justificam a realização da avaliação docente pelo discente: “A primeira, os alunos que estão com seus professores por mais tempo, e a segunda, os alunos observam os professores com olhar de cliente, sendo eles os mais interessados em aprender”. Ainda de acordo com Rippey (1975) apud Macedo (2001) o autor afirma que “somente eles têm o grau necessário de ingenuidade sobre o assunto que está sendo ensinado. Sua própria falta de conhecimento é essencial para que eles sejam capazes de julgar se o instrutor respondeu ou não a seu nível de compreensão”.

Diante do entendimento de que o aluno é parte significativa na efetivação da avaliação docente é imprescindível que se destaque a importância de incentivá-lo a participar de forma contínua desse processo. Essa é uma tarefa que pode ser atribuída tanto a Comissão Própria de Avaliação – CPA, em divulgar a existência e realização dessa avaliação, como é, também, cabível ao professor instigar os discentes sobre o assunto.

Vianna (2004, p.144) coloca que “nessa sua autoavaliação em relação aos cursos que faz, o aluno deve considerar outros aspectos, a fim de determinar o seu *grau de participação* em sala e no *trabalho conjunto* professor/aluno”. Ao participar da avaliação do desempenho

docente o aluno deve também considerar e refletir sobre a sua atuação como discente, além de se questionar sobre a conveniência dos assuntos para o seu processo de formação, bem como desenvolver a percepção se os seus métodos para a aprendizagem estão sendo realmente produtivos.

Para que o processo avaliativo ocorra de forma propícia, confiável, sem ameaças e com maturidade, tanto os alunos como os professores deverão estar cientes da relevância deste processo para a melhoria da qualidade do ensino, exigida e almejada pelas duas partes.

Nesse sentido, Brasil et al. (2007) destaca que:

Se os professores confiarem no caráter formativo e sentirem-se protagonistas do processo, eles saberão institucionalizar espaços à avaliação: seja enfatizando a importância dessa cultura na sala de aula ou até mesmo conduzindo os estudantes até os laboratórios de informática para responderem ao instrumento (p.680).

A avaliação docente quando efetivada, apresenta aspectos positivos através de seus resultados, que podem contribuir de forma relevante e gradativa tanto aos docentes como aos gestores acadêmicos para o desenvolvimento da qualidade institucional. Aos professores a avaliação permite mudanças e melhorias a sua prática didático-pedagógica e aos gestores viabiliza a identificação de novas atitudes a serem realizadas.

Matuichuk e Silva (2013) afirmam que os resultados, quando vinculados ao ensino e aprendizado, possibilitam a redefinição dos rumos das ações pedagógicas dos professores e encaminham as práticas de transformação de atitudes e metodologias. E é no uso dos resultados que se pode obter a melhoria da qualidade.

A proposição de oferecer uma educação de qualidade no sistema de ensino gera a gestão institucional o dever de encarar os desafios de forma adequada e com responsabilidade. Os gestores precisam de informações permanentes e essenciais para que se possa estabelecer e desenvolver estratégias que visem melhorias da gestão. A criação de um sistema de avaliação é um meio pelo qual a gestão pode garantir essas melhorias.

Nesse contexto, Macedo (2001) afirma que:

A primeira utilidade da avaliação está relacionada com os gestores da instituição, no sentido mais amplo do termo, permitindo-lhes decidir, a partir da obtenção de informações significativas para indicar os caminhos à tomada de decisão e reconsiderar, quando for oportuno (p.77-78).

Se não fosse pela existência dos processos avaliativos embasados em informações relevantes, não seria possível conduzir o seguimento e reorientação das políticas internas da instituição. E é por isso que, diante dos resultados apresentados por meio de medidas concretas e fundamentais para a tomada de decisão é possível refletir o preparo da universidade em apresentar respostas às demandas e necessidades acadêmicas.

CAPÍTULO 2 – AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E QUESTÕES ATUAIS

Este capítulo trata sobre a avaliação institucional desenvolvida na Universidade de Brasília – UnB. Essa avaliação se apresenta como um mecanismo que permite o autoconhecimento por parte da instituição e que viabiliza a prática de ações de melhoria a universidade. Serão destacados os principais aspectos referentes a esse processo avaliativo, suas características e objetivos.

2.1 A instituição Universidade de Brasília – UnB

A instituição de ensino superior pública - Universidade de Brasília - UnB está localizada na capital federal do país e é subsidiada pelo Ministério da Educação do Governo Federal do Brasil. O antropólogo Darcy Ribeiro foi o percussor dos pilares da instituição, juntamente com Anísio Teixeira, que se preocupou em desenvolver as propostas pedagógicas, e Oscar Niemeyer, que se responsabilizou pela idealização da estrutura física.

A proposta acadêmica trazia como ênfase a utilização de uma educação aliada ao desenvolvimento científico-tecnológico e a preocupação com os aspectos sociais e econômicos da realidade brasileira.

Para chegar à efetiva construção desse espaço universitário, foi preciso muita luta, pois algumas autoridades se revelaram contra a proximidade da Universidade e de estudantes a área política da capital. No dia 15 de dezembro de 1961, o presidente da República João Goulart sancionou a Lei 3.998, permitindo a criação da Universidade de Brasília.

Os idealizadores Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira convocaram diversos profissionais de faculdades brasileiras para regerem as turmas da universidade. Um dos requisitos de maior preponderância defendido por Darcy em todos os setores dessa instituição era a autonomia aliada à responsabilidade.

Inaugurada em 21 de abril de 1962, dois anos após a criação de Brasília, a universidade possui atualmente, conforme dados retirados do relatório de autoavaliação (2014), mais de 2.000 professores, 3.000 servidores técnicos-administrativos, 30.000 alunos de graduação e 8.000 alunos de pós-graduação. É formada por 26 institutos e faculdades, 55 departamentos e 19 centros de pesquisa especializada. A Universidade de Brasília conta com 109 cursos de graduação. Quanto aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, ela oferece 147 e 22 especializações *lato sensu*.

A regulamentação e criação da universidade foram efetivadas com o “Plano Orientador” que se encontra em vigor desde o ano de 1962. Esse plano revelou, com a sua concepção, a característica marcante da universidade – instituição inovadora.

De acordo com o relatório de autoavaliação institucional da UnB (2014) a concepção de instituição inovadora permanece fortemente nos dias atuais, pois traz em seu Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2014 a 2017 a missão de ser uma “instituição inovadora, comprometida com a excelência acadêmica, científica e tecnológica formando cidadãos conscientes do seu papel transformador na sociedade, respeitadas a ética e a valorização de identidades e culturas com responsabilidade social” (FUB, 2014, p. 19 apud UnB, 2014).

No que se refere aos assuntos sobre avaliação institucional na Universidade de Brasília, Belloni et al. (2011, p. 88) afirmam que tiveram início na gestão do reitor Cristovam Buarque (1985 a 1989) e desenvolveu-se posteriormente na direção do reitor Antonio Ibañez (1990 a 1993).

2.2 Avaliação Institucional na Universidade de Brasília

A primeira manifestação sobre a temática de avaliação institucional na Universidade de Brasília ocorreu a partir da década de 1980, com o intuito de atender a necessidade de uma avaliação permanente, visando executar maneiras mais sistematizadas de avaliação e garantindo melhorias nos assuntos sobre ensino, pesquisa e extensão (UnB, 2006).

Em setembro de 1986, a UnB criou a sua Comissão de Avaliação Institucional – CAI com o objetivo de “elaborar e testar uma proposta de metodologia de avaliação institucional para a UnB”. A metodologia criada pela CAI obteve aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Cepe no começo do ano de 1987 e tinha por objetivos “a necessidade de se atingir uma autoconsciência institucional e fornecer subsídios confiáveis para a tomada de decisão”. A proposta teve como característica uma combinação de autoavaliação com avaliação externa, pela utilização de distintas fontes de informação, avaliadores para cada dimensão em foco e pela observação continuada (UnB, 1987:16 apud Neto et. al 2013).

De acordo com Neto et al. (2013) em decorrência da aprovação pelo Cepe, a Comissão de Avaliação Institucional executou, ainda em 1987, o primeiro teste da metodologia que contou com a participação voluntária de oito departamentos, 65 professores e 979 alunos que avaliaram 82 disciplinas e os respectivos docentes. Em 1988, a avaliação de disciplinas e desempenho docente continuou em caráter experimental contando com a participação de 450

professores e aproximadamente dez mil alunos responderam os questionários avaliativos. No ano seguinte, foi criada e testada uma metodologia de avaliação de cursos de graduação com a participação de 33 cursos avaliados por 434 alunos formandos e 340 professores. No mês de novembro desse mesmo ano, o Cepe tornou obrigatório o processo de avaliação institucional desenvolvido pela CAI, que neste período já estava atuando como Centro de Avaliação Institucional.

No ano de 1992, a avaliação global do ensino de graduação foi planejada por decisão do Cepe, tanto na perspectiva interna por docentes e alunos quanto a partir da concepção externa por avaliadores externos à UnB. Com isso, nesse mesmo ano foram avaliadas 757 das 1.105 disciplinas oferecidas na graduação, com a participação de cerca de 15 mil alunos respondentes e respectivos professores e 35 cursos de graduação do total de 38, foram avaliados pela maioria de seus formandos e docentes (Neto et al. 2013).

No ano de 1993, com a publicação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – Paiub, pelo Ministério da Educação – MEC/SESu, que proporcionou as universidades assistência financeira e instruções técnicas, a UnB elaborou um projeto com o modelo “Contexto-Insumo-Processos-Produtos (CIPP)”.

Esse modelo contemplava dois aspectos importantes de avaliação discutidos em trabalhos sobre a temática: o primeiro fundamentava-se no “processo de tomada de decisões, e o segundo nas clássicas abordagens de sistemas” (UnB, 2006).

Segundo o relatório preliminar de autoavaliação institucional da UnB (2006):

Essa proposta compreendia a realização de avaliação externa, auto avaliação e a pesquisa de egressos. Foi implantada apenas a Avaliação Externa de Cursos e a pesquisa dos egressos formados, tendo sido submetidos à avaliação externa 28 cursos de graduação. Os relatórios de recomendações das comissões externas foram enviados aos conselhos e às unidades de origem do curso, para serem implementados (p.2-3).

Em 1997, foi realizada a pesquisa de egressos, que teve como participantes os alunos concluintes de cursos de graduação do ano de 1985 a 1995. Segundo dados do Relatório Preliminar de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação da UnB (2006) foram enviados 3.711 questionários pelos correios. Retornaram 1.072 questionários válidos para análise, com isso foi possível dar seguimento à avaliação de disciplinas e do desempenho docente.

A Comissão Interna de Avaliação Institucional da Universidade de Brasília foi criada no ano de 2002, instituída pela Resolução da Reitoria n. 24/2002, tendo como objetivo principal apresentar projeto de avaliação institucional.

Foi organizado um trabalho com ênfase em três componentes fundamentais: “o primeiro seria avaliação geral com o objetivo de traçar visão abrangente da Instituição; o segundo avaliação específica do ensino de graduação; e o terceiro pesquisa de egressos” (UNB, 2006).

Com relação à avaliação de ensino de graduação, priorizou-se inicialmente a avaliação de disciplinas e desempenho docente. Sua aplicação ocorreu em três semestres, sob a coordenação do Decanato de Graduação – DEG, dando posteriormente, continuação em sua aplicabilidade.

O relatório preliminar de autoavaliação institucional da UnB (2006) aponta que foi possível observar com a avaliação institucional alguns princípios importantes, tais como: “transparência, objetividade, confiabilidade, agilidade, geral participação da comunidade universitária no processo de avaliação, respeito às diferenças inerentes às áreas e às atividades da Universidade, utilização integrada de abordagens qualitativas e quantitativas de avaliação”.

Essa avaliação apresentou como objetivo geral conforme descreve o relatório preliminar de autoavaliação institucional da UnB (2006):

Implementar, integrar e modernizar os procedimentos atuais de avaliação institucional da Universidade de Brasília, com o intuito de torná-los instrumentos que possam contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, na gestão e no cumprimento de sua pertinência, e de sua responsabilidade social (p.4).

Ainda em referência a esse relatório, os objetivos específicos da avaliação visou:

Sensibilizar e conscientizar a comunidade universitária para o significado e a relevância da avaliação institucional, tornando-a processo participativo permanente;
 Implementar/integrar/criar sistemas de informações gerenciais evolutivos de todas as áreas da Instituição;
 Impulsionar processo permanente de autocrítica, que alimente o planejamento e a gestão institucional;
 Proporcionar visão abrangente e integrada dos processos de realização e inter-relação das tarefas acadêmicas, científicas, artísticas, comunitárias e administrativas, em todas as suas dimensões;
 Subsidiar/facilitar a elaboração de políticas para as diversas atividades (áreas) da Universidade, de modo a aumentar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária;
 Gerar propostas que resultem em projetos para melhoria das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como daquelas que lhes dão suporte;
 Rever a formação profissional oferecida pela Universidade, a partir da análise do desempenho de egressos no mercado de trabalho;
 Prestar contas à sociedade das ações e dos resultados alcançados pela Universidade (p. 4).

Os aspectos como princípios gerais, objetivos e delineamento do modelo integrado de avaliação institucional foram expostos aos Decanos e Diretores de Institutos e Faculdades e aos gestores da UnB para que estes pudessem aperfeiçoá-los mediante os elementos dos modelos específicos.

O procedimento de coleta e verificação da credibilidade e validade das informações junto aos Decanatos responsáveis pelo prosseguimento das atividades e a avaliação da necessidade de buscar mais informações sobre essas atividades ou a possibilidade de se instituir procedimentos de avaliação específicos ocorreram de forma mais ampla para que se pudesse realizar a “escolha de indicadores de resultados institucionais” de áreas distintas de acordo com os objetivos e diretrizes institucionais destas áreas” (UnB, 2006).

Com a captação dos dados foi possível criar um banco de dados que contemplasse as informações sobre as múltiplas atividades da UnB sendo possível também construir relatórios prévios por áreas. Com a elaboração desses relatórios prévios foi possível desencadear um “autoestudo”, ou seja, um autoconhecimento voltado para o debate e reflexão da visão que a universidade tem de si própria, abrangendo todos os segmentos da instituição, de modo a revelar o funcionamento das atividades institucionais, com o intuito de constatar:

Seus êxitos, as realizações que distinguiram significativamente a Universidade e evidenciaram a marca da sua existência histórica;
 O que a Universidade desenvolveu de modo adequado, mas que não atingiu o patamar de distinção do grupo de atividades anteriormente mencionado;
 Aspectos que podiam ser melhorados para aumentar o grau de realização da sua missão, objetivos e diretrizes institucionais e/ou o aumento de sua eficiência organizacional;
 Aspectos que necessitavam ser modificados substancialmente, visto que constituíam obstáculos ao cumprimento de sua missão ou comprometiam a eficiência da Instituição;
 Sua visão de futuro e necessidade da criação de políticas institucionais para as atividades e áreas institucionais.
 Aprimoramento do modelo de avaliação institucional, incorporando sugestões de melhorias coletadas durante o autoestudo;
 Confecção e encaminhamento do relatório geral de avaliação institucional aos Conselhos Superiores competentes para aprovação;
 Divulgação dos relatórios parcial e geral;
 Preparação para a visita da Comissão de Avaliação Externa;
 Avaliação do processo de implantação e do modelo de avaliação institucional adotado;
 Revisão do modelo;
 Acompanhamento dos resultados da avaliação;
 Manutenção dos bancos de dados com as informações necessárias à avaliação no(s) período(s) subsequente(s);
 Implementação e/ou definição de Instrumentos de Avaliação;
 Visita de comissões externas nacionais e/ou internacionais de avaliação (p. 5-6).

Em 2005, a Universidade de Brasília passou a desenvolver o processo de avaliação institucional em conformidade com as determinações legais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Segundo Neto et al. (2013, p.4) o modelo de avaliação institucional tinha em sua composição alguns módulos específicos, que são eles: “ensino de graduação, ensino de pós-graduação, pesquisa científica, extensão universitária e gestão universitária”.

A partir de 2006 a UnB começou a produzir seus relatórios anuais de avaliação institucional em consonância com os padrões determinados pelo Sinaes, com base em dados existentes na própria instituição de ensino.

No primeiro semestre de 2010, o Reitor criou o Grupo Técnico de Avaliação – GTA, com representantes de todos os Decanatos, do Centro de Seleção e Promoção de Eventos – Cespe, do Centro de Informática – CPD e da Secretaria de Administração Acadêmica. O GTA foi criado com a função de “auxiliar a CPA na institucionalização do processo de autoavaliação na UnB”, além de “elaborar proposta de plano de autoavaliação institucional da Universidade de Brasília – Paai com análise da CPA” (UnB 2010, p.188).

A equipe de avaliação possuía duas frentes responsáveis pelo desenvolvimento dos trabalhos, uma que dava suporte a organização do relatório de autoavaliação e a outra que se responsabilizava pela pesquisa e levantamentos fundamentais à elaboração do plano de autoavaliação da UnB, que tinha como prazo para ser concluído até o começo de 2012.

No ano de 2011, a CPA lançou uma subcomissão para debater e produzir o projeto de avaliação institucional para a UnB. A subcomissão concluiu o projeto logo no primeiro semestre desse mesmo ano nos encontros sistemáticos que realizaram, denominando-o “Plano de Autoavaliação Institucional da Universidade de Brasília”.

O plano de autoavaliação institucional da Universidade de Brasília discorre sobre o histórico das avaliações efetuadas na UnB bem como os fundamentos legais e teóricos para uma autoavaliação que englobe tanto os objetivos de autoconhecimento que admitam os avanços necessários e ajustes nos rumos da UnB quanto os objetivos traçados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, em consonância com os regulamentos do Sinaes.

O relatório de autoavaliação da UnB (2011) aponta que o plano de autoavaliação institucional apresentou como objetivo “contribuir para a conscientização sobre a instituição e o apoio à tomada decisões”. A ideia era de que com o autoconhecimento institucional seria possível permitir que os sujeitos “reconstruíssem uma visão geral das atividades desenvolvidas, de suas condições de trabalho e dos resultados obtidos nas diferentes ações”.

Segundo o relatório de autoavaliação da UnB (2011):

O processo de autoavaliação da Universidade de Brasília visa estabelecer um quadro diagnóstico da Instituição para que, com as informações, a UnB possa adotar políticas para superar suas dificuldades e tirar maior proveito de suas virtudes. A autoavaliação do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão constituem, portanto, os eixos centrais do processo (p.236).

De acordo com o Plano, cada um dos eixos deveria ser avaliado quanto “às condições para seu desenvolvimento, os processos desenvolvidos e os resultados obtidos”. O intuito apresentado foi de desenvolver o processo de autoavaliação institucional da UnB em que houvesse uma “ampla participação e comprometimento da comunidade universitária, buscando o envolvimento efetivo de professores, estudante e técnico-administrativos, bem como a participação da comunidade de externa” (UnB, 2011).

O Plano também sugeriu a criação de núcleos setoriais de avaliação nas Unidades Acadêmicas e Administração Superior da UnB com o objetivo de “atuar como instância de cooperação para o desenvolvimento das ações de autoavaliação coordenadas pela CPA”. Uma das ações de avaliação proposta foi a captação de dados qualitativos e quantitativos, primários e secundários, análises desses dados e discussão com a comunidade universitária.

Em 2013, a Comissão Própria de Avaliação iniciou discussões sobre a necessidade de atualizar o Plano de autoavaliação Institucional devido às dificuldades para a sua plena implantação. Diante disso, foram elaboradas metas para sanar essas dificuldades.

Outro aspecto de relevância a se considerar em meio ao processo de avaliação institucional na UnB é a avaliação de disciplinas em que os alunos avaliam aspectos como as disciplinas, o desempenho do professor, autoavaliação de rendimento e suporte à execução da disciplina. Essa avaliação é considerada a principal ferramenta de avaliação da graduação.

Desde 2003, a avaliação de disciplinas na UnB vinha sendo realizada por meio de um formulário padrão. Até o primeiro semestre de 2011, a avaliação de disciplinas que contempla a avaliação do desempenho docente era aplicada pelo Cespe, que se responsabilizava em captar e sistematizar os dados para que fossem disponibilizados às unidades de origem dos professores avaliados (UnB, 2012).

De acordo com o Relatório de autoavaliação (2012), ainda em 2011, a busca por melhor qualidade e transparência dos processos avaliativos de disciplinas e de docentes, foi um dos assuntos da agenda de discussões dos colegiados e conselhos das Unidades Acadêmicas, da Câmara de Ensino de Graduação - CEG, da Câmara de Carreira Docente - CCD e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Cepe.

Uma das alterações estabelecidas no âmbito da Câmara de Ensino de Graduação foi com relação ao conteúdo e forma de aplicação do questionário de avaliação de disciplinas, passando da versão impressa para o formato eletrônico online e optativo, por meio do Matrícula Web desde o segundo semestre de 2011. O Cespe armazena e processa os dados recebidos, sendo garantido total sigilo ao estudante que responder ao questionário.

Segundo o relatório de autoavaliação (2012), as avaliações são utilizadas pelos colegiados dos cursos e pela CEG para sugerir e colocar em prática ações que visem aperfeiçoamentos. O atual questionário é dividido em quatro blocos: avaliação da disciplina, percepção sobre o desempenho do professor, autoavaliação do estudante e apoio institucional à disciplina. As avaliações são realizadas por disciplina e cabe ao aluno decidir quais e quantas disciplinas ele irá responder. Cada item do questionário é avaliado em uma escala de 1 (insatisfatório) a 5 (excelente) com a possibilidade de assinalar a opção “não se aplica” em qualquer um dos itens. O questionário também apresenta espaço para que os alunos emitam opiniões.

Diante dos resultados do processo avaliativo interno, são criados mecanismos para que a avaliação contribua para melhorias efetivas, tanto nos aspectos de infraestrutura da instituição quanto das condições de ensino (UnB, 2013).

Em 2013, foi aprovada a Resolução nº 31/2013 que trata sobre a nova estrutura da CPA, permitindo maior autonomia e o fortalecimento da sua atuação na Instituição. A Comissão é composta pelos seguintes membros: um presidente, quatro servidores docentes; quatro servidores técnico-administrativos; dois membros da Administração da UnB, sendo um deles o Diretor de Avaliação e Informações Gerenciais, cuja diretoria é vinculada ao Decanato de Planejamento e Orçamento; quatro discentes, dois alunos da graduação e dois da pós-graduação; dois representantes da sociedade civil.

No ano de 2014, a CPA organizou o primeiro Fórum de Avaliação da instituição apresentando como objetivo “ouvir alunos, professores, técnico-administrativos e demais interessados na autoavaliação da universidade e coletar sugestões para tomar novos rumos e propor melhorias” (UnB, 2014).

Nesse mesmo ano a pesquisa de egressos foi retomada pela primeira vez desde 2005, ano em que ela foi interrompida. Foram localizados conforme dados do Relatório de autoavaliação da UnB (2014) cerca de 61.352 ex-alunos inseridos no mercado formal. A perspectiva é de que com captação da base desses dados, será possível evoluir para trabalhos qualitativos que incidirão no fornecimento de informações relevantes sobre a qualidade do ensino e a contribuição da Universidade de Brasília para a vida profissional do ex-aluno.

Segundo o relatório de autoavaliação da UnB (2014, p.22) “acredita-se que esse retorno será fundamental para a formulação de políticas e possibilitará uma reflexão crítica sobre o ensino na UnB e sua relação com o mercado de trabalho”.

A avaliação institucional tem assumido distintos significados na UnB em consonância com o planejamento, tais como: “prestação de contas, de eficiência, de produtividade, de gestão racional, de autoanálise e autorregulação” (UnB, 2014).

Diante dos múltiplos significados da avaliação para a instituição percebe-se a relevância do desenvolvimento desse processo avaliativo para se alcançar a excelência acadêmica.

CAPÍTULO 3 – AVALIAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: A FACULDADE DE EDUCAÇÃO EM FOCO

Este capítulo tem como objetivo tratar sobre o conteúdo referente a avaliação docente da UnB, bem como analisar os dados obtidos por meio dos Relatórios da Avaliação Docente da Faculdade de Educação da UnB correspondente ao segundo semestre dos anos de 2012 e 2013. O capítulo também busca apresentar a avaliação da percepção de professores e gestores a cerca da avaliação docente e o uso dos seus resultados.

3.1 O desempenho da Faculdade de Educação na avaliação docente da UnB.

A avaliação docente realizada na Universidade de Brasília se apresenta como um dos blocos da avaliação institucional denominado “Percepção sobre o desempenho do professor”. De acordo com o relatório de autoavaliação da UnB (2014) essa avaliação contempla os seguintes itens a serem avaliados:

- Domínio dos conteúdos ministrados;
- Clareza na transmissão do conteúdo;
- Adequação das atividades desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos;
- Capacidade de despertar o interesse dos estudantes em relação ao conteúdo;
- Utilização de estratégias de ensino que facilitam a aprendizagem;
- Capacidade de lidar com divergências de opinião;
- Integração entre teoria, pesquisa, prática e aspectos da realidade;
- Coerência entre nível de complexidade das avaliações (trabalho, testes, provas, exercícios, etc.) e o conteúdo ministrado;
- Discussão dos resultados de avaliação de aprendizagem;
- Disponibilidade para esclarecer dúvidas e solucionar dificuldades dos alunos relacionados ao conteúdo da disciplina;
- Pontualidade no cumprimento dos horários de início e término das aulas, pelo professor;
- Assiduidade (Cumprimento do calendário acadêmico estabelecido pelo CEPE) (p. 188).

Assim como os itens dos outros blocos da avaliação institucional, os itens do bloco da percepção sobre o desempenho docente também são avaliados com a escala de 1 a 5, sendo 1 (insatisfatório) e 5 (excelente) com a possibilidade de assinalar a opção “não se aplica” em qualquer um dos itens.

Segundo o relatório de autoavaliação da UnB (2014):

A agregação dos resultados do aval de todas as disciplinas em conjunto possibilita um olhar global sobre o ensino de graduação na Universidade, mas impede a identificação de problemas e potencialidades de cada disciplina ou curso. Assim, o resultado individual da avaliação de cada disciplina é analisado pelo próprio professor e pelo coordenador de curso. As agregações intermediárias (por curso, por departamento, por unidade etc) são analisadas pelos respectivos colegiados. As

análises dos resultados em nível de agregação permitem uma avaliação da situação específica de cada disciplina, do curso e das unidades acadêmicas (p.53).

O relatório de autoavaliação institucional da UnB (2013, p.69) destaca que é relevante os docentes conhecerem os resultados e que a avaliação consiga produzir ações efetivas de melhorias no ensino, pois esta avaliação deve apresentar-se como um “parâmetro para corrigir problemas de trajetória do ensino rumo à excelência acadêmica”. Esse relatório ratifica a ideia de que essas avaliações sejam utilizadas pelos colegiados dos cursos para que se possa ampliar a qualidade da graduação e conseqüentemente proporcionar melhorias na formação do estudante.

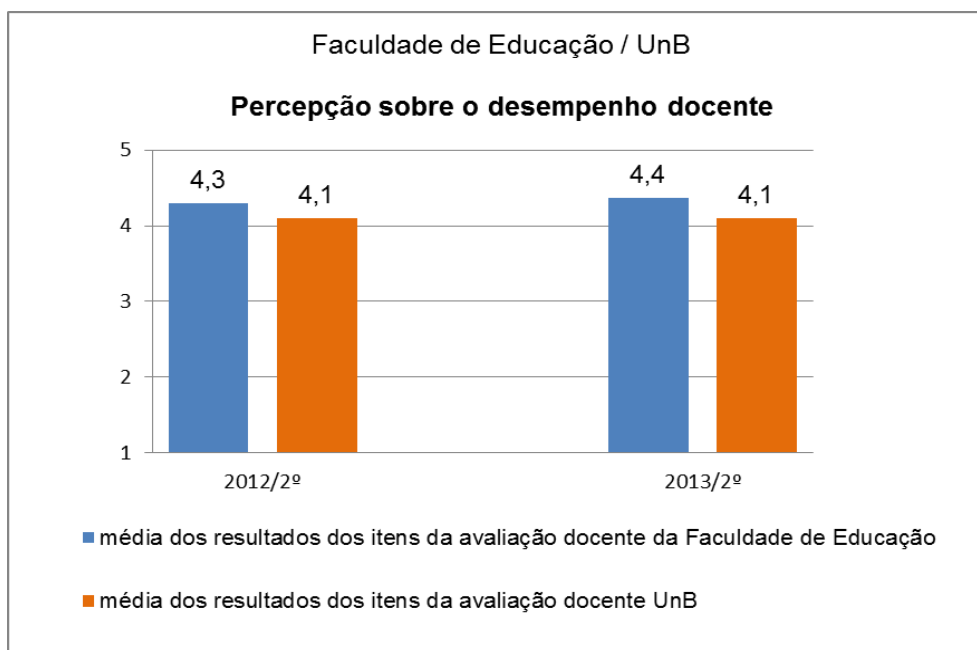
É importante destacar que a avaliação docente realizada pelo discente além de servir como um parâmetro para corrigir problemas de trajetória do ensino rumo à excelência acadêmica é utilizada pela Câmara de Carreira Docente (CCD) como um dos parâmetros para a progressão funcional de todos os professores (UnB, 2013).

Os resultados das avaliações são disponibilizados em CD para as unidades acadêmicas da Universidade de Brasília. Na Faculdade de Educação para cada departamento são disponibilizados esses resultados em CD com o relatório da avaliação docente. Cada relatório traz os resultados gerais da universidade e os resultados do departamento. Ao final, o relatório ainda apresenta um gráfico com a nota média dos tópicos da unidade acadêmica e UnB.

A seguir, são apresentados alguns dados comparativos do relatório de avaliação docente com foco no bloco percepção sobre os professores correspondente ao segundo semestre do ano de 2012 e 2013, com relação ao desempenho da Faculdade de Educação em relação à UnB e dos três departamentos da Faculdade de Educação: Departamento de Métodos e Técnicas (MTC), Departamento de Planejamento e Administração (PAD) e Departamento de Técnicas e Fundamentos (TEF).

O gráfico a seguir apresenta as médias obtidas na avaliação docente da Faculdade de Educação em relação a Universidade de Brasília, no segundo semestre do ano de 2012 e 2013 no mesmo período.

Gráfico 1: Médias aproximadas obtidas na avaliação docente da Faculdade de Educação em relação a UnB.

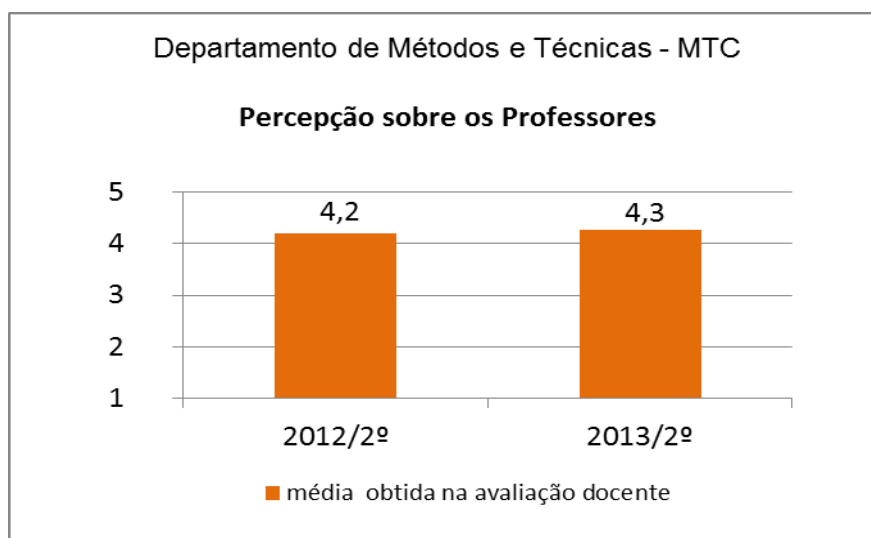


Fonte: Relatório da Avaliação Docente da Faculdade de Educação – FE. 2012/2 e 2013/2

Os dados do gráfico acima mostram que tanto no segundo semestre de 2012 quanto no segundo semestre de 2013 a média dos resultados dos itens da avaliação docente, da Faculdade de Educação foi maior do que a média obtida pela Universidade de Brasília. No segundo semestre de 2012 a Faculdade de Educação obteve a média aproximada de 4,3 e a UnB 4,1. Já no mesmo período em 2013 a Faculdade de Educação teve a média elevada passando de 4,3 para 4,4 e a UnB permaneceu com a média de 4,1.

A média da unidade acadêmica Faculdade de Educação do segundo semestre de 2013 foi obtida por meio do somatório das médias dos departamentos: MTC, PAD, TEF mais as médias de disciplinas alocadas na Faculdade de Educação que estão descritas à parte dos três departamentos citados.

O gráfico 2 apresenta as médias obtidas na avaliação docente do Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação do segundo semestre do ano de 2012 e 2013.

Gráfico 2: Comparativo das médias obtidas na avaliação docente no MTC.

Fonte: Relatório da Avaliação Docente do Departamento de Métodos e Técnicas (MTC) da Universidade de Brasília. 2012/2 e 2013/2.

Os dados acima demonstram que a média dos resultados dos itens da avaliação docente do Departamento de Métodos e Técnicas do segundo semestre de 2013 apresentou uma pequena elevação comparada ao mesmo período do ano de 2012, passando de 4,2 para 4,3 numa escala de 1 a 5.

A tabela abaixo apresenta dados referentes ao quantitativo de avaliações não respondidas e respondidas bem como a média dos itens da avaliação docente do segundo semestre de 2012 e 2013 do Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação.

Tabela 2: Percepção sobre o desempenho dos professores do Departamento de Métodos e Técnicas – MTC da Faculdade de Educação da UnB.

	Percepção sobre o desempenho do professor	2º semestre 2012			2ª semestre 2013		
		avaliações não respondidas	avaliações respondidas	média	avaliações não respondidas	avaliações respondidas	média
1	Domínio dos conteúdos ministrados.	1268	586	4,5	1522	373	4,5
2	Clareza na transmissão do conteúdo.	1269	585	4,2	1523	372	4,2
3	Adequação das atividades desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos.	1269	585	4,2	1523	372	4,2
4	Capacidade de despertar o interesse dos estudantes em relação ao conteúdo.	1268	586	4,0	1523	372	4,0
5	Utilização de estratégias de ensino que facilitam a aprendizagem.	1272	582	4,1	1525	370	4,1

6	Capacidade de lidar com divergências de opinião.	1275	579	4,1	1522	373	4,1
7	Integração entre teoria, pesquisa, prática e aspectos da realidade.	1276	578	4,3	1523	372	4,3
8	Coerência entre nível de complexidade das avaliações (trabalho, testes, provas, exercícios, etc.) e o conteúdo ministrado.	1269	585	4,2	1523	372	4,3
9	Discussão dos resultados de avaliação de aprendizagem.	1278	576	4,1	1527	368	4,2
10	Disponibilidade para esclarecer dúvidas e solucionar dificuldades dos alunos relacionados ao conteúdo da disciplina.	1275	579	4,3	1526	369	4,3
11	Pontualidade no cumprimento dos horários de início e término das aulas.	1269	585	4,4	1523	372	4,4
12	Assiduidade (Cumprimento do calendário acadêmico estabelecido pelo CEPE).	1270	584	4,5	1522	373	4,5
>>	MÉDIAS	1271,5	582,5	4,2	1523,5	371,5	4,3

Fonte: Relatório da Avaliação Docente do Departamento de Métodos e Técnicas (MTC) da Universidade de Brasília. 2012/2 e 2013/2.

A partir das informações da tabela acima é possível extrair que o somatório de avaliações não respondidas com as avaliações respondidas corresponde ao total de avaliações enviadas aos alunos. No segundo semestre de 2012 foram submetidas 1.854 avaliações e em 2013 foram 1.895 referentes ao MTC. A média do percentual dos resultados dos itens das avaliações respondidas pelos discentes no segundo semestre de 2012 foi de 31,4% (que corresponde a média de 582,5 das avaliações respondidas) já em 2013 esse percentual teve uma baixa ficando em 19,6% (correspondente a média de 371,5 de avaliações respondidas), ou seja, o número de avaliações respondidas caiu consideravelmente em relação ao mesmo período do ano anterior. No segundo semestre de 2012, a média de avaliações não respondidas foi de 1271,5 o que corresponde a 68,6%, já no mesmo período de 2013 essa média foi de 1523,5 correspondendo a 80,4%.

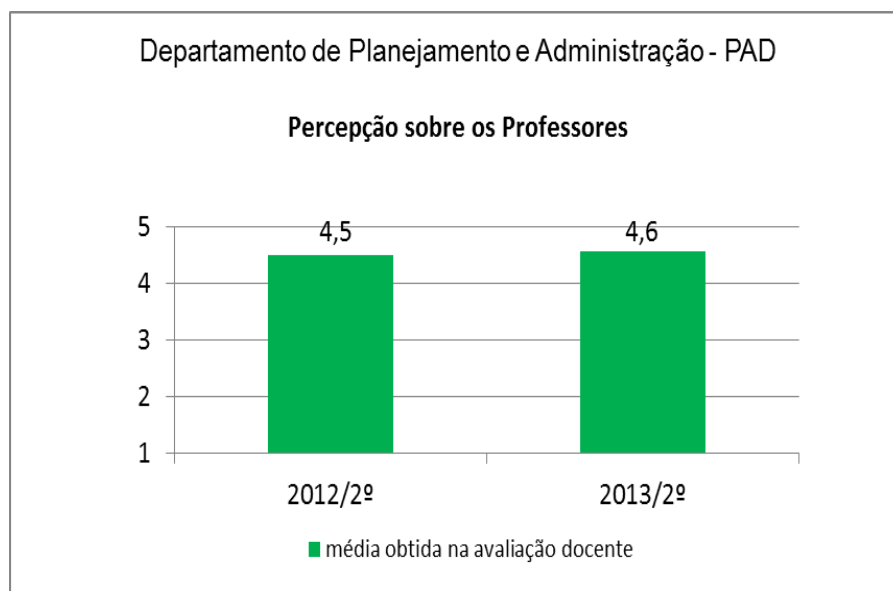
O número de respondentes no segundo semestre dos dois anos destacados acima é considerado baixo, pois não chega a alcançar 30% do total de avaliações submetidas. O ideal é que se atinja o maior número de avaliações respondidas para que se obtenha maiores resultados e efetividade no processo.

Ao analisar a média dos itens do bloco da percepção sobre os professores do MTC o item 4 - “Capacidade de despertar o interesse dos estudantes em relação aos conteúdos” apresentou a menor média (4,0) de todos os itens no segundo semestre tanto de 2012 quanto de 2013. Os itens que obtiveram maior média desse bloco foram “Domínio dos conteúdos ministrados” e “Assiduidade” com 4,5 no segundo semestre desses dois anos. Já os itens 1 - “Coerência entre nível de complexidade das avaliações (trabalhos, testes, provas, exercícios) e os conteúdos ministrados” e 12 - “Discussão dos resultados de avaliação de aprendizagem” foram os itens que alcançaram um aumento no segundo semestre de 2013, o primeiro item passou de 4,2 para 4,3 e o último de 4,1 para 4,2.

É possível perceber com os dados da tabela 2 referente a avaliação docente do Departamento de Métodos e Técnicas que de todos os itens que passaram por avaliação nenhum deles obtiveram média inferior a 4.

O gráfico abaixo mostra as médias obtidas na avaliação docente do Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação do segundo semestre do ano de 2012 e 2013.

Gráfico 3: Comparativo das médias obtidas na avaliação docente no PAD.



Fonte: Relatório da Avaliação Docente do Departamento de Planejamento e Administração (PAD) da Universidade de Brasília. 2012/2 e 2013/2.

A partir dos dados do gráfico acima em que se identificam as médias dos resultados dos itens da avaliação docente no segundo semestre de 2012 e 2013 do Departamento de Planejamento e Administração é possível perceber que houve um pequeno aumento na média do segundo semestre do ano de 2013.

A tabela 3 traz dados sobre as avaliações não respondidas e respondidas e também informações sobre as médias dos itens da avaliação docente submetidas aos alunos no segundo semestre de 2012 e 2013 em relação ao Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação.

Tabela 3: Percepção sobre o desempenho do professor do Departamento de Planejamento e Administração - PAD da Faculdade de Educação da UnB.

	Percepção sobre o desempenho do professor	2º semestre 2012			2ª semestre 2013		
		avaliações não respondidas	avaliações respondidas	média	avaliações não respondidas	avaliações respondidas	média
1	Domínio dos conteúdos ministrados.	682	322	4,8	656	181	4,8
2	Clareza na transmissão do conteúdo.	681	323	4,6	656	181	4,6
3	Adequação das atividades desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos.	681	323	4,5	656	181	4,6
4	Capacidade de despertar o interesse dos estudantes em relação ao conteúdo.	681	323	4,2	657	180	4,3
5	Utilização de estratégias de ensino que facilitam a aprendizagem.	681	323	4,3	656	181	4,4
6	Capacidade de lidar com divergências de opinião.	681	323	4,5	656	181	4,6
7	Integração entre teoria, pesquisa, prática e aspectos da realidade.	687	317	4,5	657	180	4,6
8	Coerência entre nível de complexidade das avaliações (trabalho, testes, provas, exercícios, etc.) e o conteúdo ministrado.	682	322	4,5	656	181	4,6
9	Discussão dos resultados de avaliação de aprendizagem.	689	315	4,4	657	180	4,4
10	Disponibilidade para esclarecer dúvidas e solucionar dificuldades dos alunos relacionados ao conteúdo da disciplina.	686	318	4,5	659	178	4,6
11	Pontualidade no cumprimento dos horários de início e término das aulas.	681	323	4,7	656	181	4,6
12	Assiduidade (Cumprimento do calendário acadêmico estabelecido pelo CEPE).	682	322	4,7	658	179	4,7
>>	MÉDIAS	682,8	321,2	4,5	657,7	180,3	4,6

Fonte: Relatório da Avaliação Docente do Departamento de Planejamento e Administração (PAD) da Universidade de Brasília. 2012/2 e 2013/2.

Os dados da tabela 3 referente ao bloco percepção sobre os professores do Departamento de Planejamento e Administração apontam que no segundo semestre de 2012 foram submetidas 1.004 avaliações aos alunos, já em 2013 o quantitativo foi menor correspondendo a 837 avaliações.

Verificando o número de avaliações respondidas no segundo semestre de 2012 obteve-se a média de 321,2 (32,0%), já no segundo semestre de 2013 a média foi de 180,3 (21,5%). No que se refere as avaliações não respondidas, no segundo semestre de 2012 a média atingida foi de 682,8, correspondendo a 68% do total de avaliações submetidas aos alunos. Em 2013 nesse mesmo período a média verificada foi de 656,7 com o percentual de 78,5% das avaliações submetidas. Diante disso, nota-se que houve um aumento no percentual de avaliações não respondidas no segundo semestre do ano de 2013.

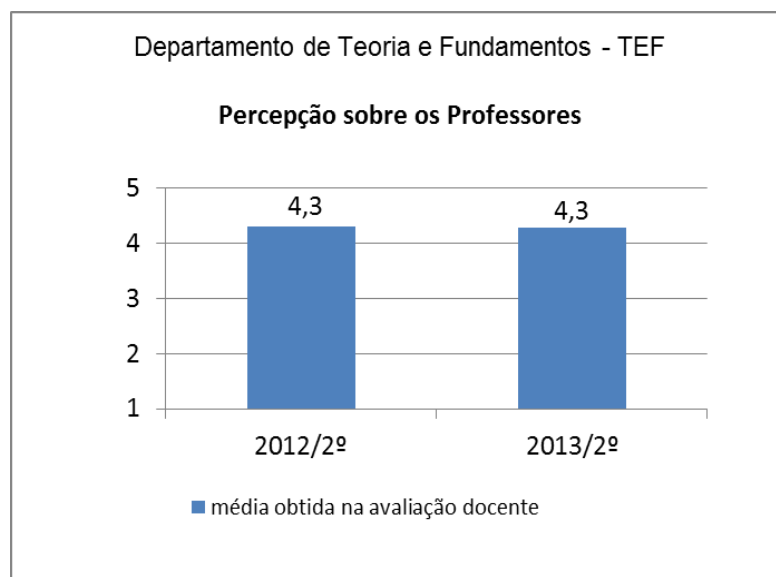
O quantitativo de avaliações respondidas no segundo semestre dos anos de 2012 e 2013 para o departamento de Planejamento e Administração é considerado baixo. O número de avaliações submetidas aos alunos é bem superior ao que se obtém de retorno.

Passando a analisar individualmente a média por item referente a avaliação feita pelos alunos no quesito percepção sobre os professores do PAD foi possível perceber que o item de maior média corresponde ao “Domínio dos conteúdos ministrados” em que obteve a mesma média (4,8) no último semestre tanto de 2012 como de 2013. A média mais baixa refere-se ao item “Capacidade de despertar o interesse dos estudantes em relação ao conteúdo” com 4,2 no segundo semestre de 2012. Em 2013 esse mesmo item recebeu a média mais baixa, porém com um pequeno aumento se comparado ao mesmo período de 2012 ficando com 4,3.

No que se refere ao item “Pontualidade no cumprimento dos horários de início e término das aulas” a média atingida no segundo semestre de 2012 foi maior do que a obtida no segundo semestre de 2013, passando de 4,7 para 4,6. Ao contrário desse item a maioria dos outros itens no segundo semestre de 2013 obteve média maior do que no ano anterior.

É válido destacar que a média dos itens do bloco em questão apresentaram no segundo semestre do ano de 2012 e 2013 valores superiores a 4 numa escala de 1 a 5, obtendo em um dos itens média bem próxima a 5.

O gráfico a seguir exhibe as médias na avaliação docente do Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação do segundo semestre do ano de 2012 e 2013.

Gráfico 4: Comparativo das médias obtidas na avaliação docente no TEF

Fonte: Relatório da Avaliação Docente do Departamento de Teoria e Fundamentos (TEF) da Universidade de Brasília. 2012/2 e 2013/2.

Os dados do gráfico acima apresentam que a média do segundo semestre do ano de 2012 se repetiu no segundo semestre do ano de 2013 do Departamento de Teoria e Fundamentos correspondendo a 4,3 na escala de 1 a 5.

A tabela abaixo destaca os dados referentes as avaliações não respondidas, avaliações respondidas e as médias dos itens da avaliação docente submetidas aos alunos no segundo semestre de 2012 e 2013 com relação ao Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação.

Tabela 4: Percepção sobre o desempenho dos professores do Departamento de Teoria e Fundamentos - TEF da faculdade de Educação da UnB.

	Percepção sobre o desempenho do professor	2º semestre 2012			2ª semestre 2013		
		avaliações não respondidas	avaliações respondidas	média	avaliações não respondidas	avaliações respondidas	média
1	Domínio dos conteúdos ministrados.	1621	835	4,5	2002	607	4,6
2	Clareza na transmissão do conteúdo.	1624	832	4,3	2001	608	4,3
3	Adequação das atividades desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos.	1630	826	4,2	2003	606	4,3
4	Capacidade de despertar o interesse dos estudantes em relação ao conteúdo.	1628	828	4	2002	607	4,1
5	Utilização de estratégias de ensino que facilitam a aprendizagem.	1631	825	4,1	2002	607	4,1

6	Capacidade de lidar com divergências de opinião.	1634	822	4,3	2003	606	4,2
7	Integração entre teoria, pesquisa, prática e aspectos da realidade.	1641	815	4,3	2008	601	4,4
8	Coerência entre nível de complexidade das avaliações (trabalho, testes, provas, exercícios, etc.) e o conteúdo ministrado.	1632	824	4,3	2002	607	4,3
9	Discussão dos resultados de avaliação de aprendizagem.	1654	802	4,2	2019	590	4,1
10	Disponibilidade para esclarecer dúvidas e solucionar dificuldades dos alunos relacionados ao conteúdo da disciplina.	1640	816	4,4	2014	595	4,3
11	Pontualidade no cumprimento dos horários de início e término das aulas.	1632	824	4,3	2003	606	4,4
12	Assiduidade (Cumprimento do calendário acadêmico estabelecido pelo CEPE).	1632	824	4,5	2003	606	4,5
>>	MÉDIAS	1633,2	822,8	4,3	2005,2	603,8	4,3

Fonte: Relatório da Avaliação Docente do Departamento de Teoria e Fundamentos (TEF) da Universidade de Brasília. 2012/2 e 2013/2.

Os dados da tabela acima que tem por foco a apresentação das médias relacionadas ao bloco da percepção sobre o desempenho dos professores do Departamento de Teoria e Fundamentos indicam que no segundo semestre de 2012 foram submetidas aos alunos 2456 avaliações. No mesmo período do ano seguinte foram submetidas 2609 avaliações.

Considerando o número de avaliações respondidas no segundo semestre de 2012 a média atingida foi de 822,8 dos itens, o que corresponde a 33,5% das avaliações submetidas. No segundo semestre de 2013 a média alcançada nessas avaliações foi de 603,8 dos itens, o que equivale a 23,1% das avaliações submetidas. A média de avaliações não respondidas no segundo semestre de 2012 foi de 1633,2 (66,5%), já nesse mesmo período em 2013 a média foi de 2005,2 (76,9%). Diante desses dados percebe-se que ocorreu uma queda no quantitativo de avaliações respondidas no último semestre de 2013.

No que se refere a análise da média dos itens da percepção sobre os professores do TEF é possível evidenciar que no segundo semestre de 2012 a maior média encontrada foi de 4,5 nos itens “Domínio dos conteúdos ministrados” e “Assiduidade” já em 2013 nesse mesmo período a maior média foi de 4,6 no item “Domínio dos conteúdos ministrado”. Observa-se que houve um aumento na média desse item comparado ao ano de 2012.

A média mais baixa do segundo semestre de 2012 refere-se a “Capacidade de despertar o interesse dos estudantes em relação aos conteúdos” com o valor de 4,0. No segundo semestre do ano de 2013 mais de um item apresentou a média mais baixa que corresponde a 4,1, os itens foram: “Capacidade de despertar o interesse dos estudantes em relação aos conteúdos”, “Utilização de estratégias de ensino que facilitam a aprendizagem” e “Discussão dos resultados de avaliação de aprendizagem”. O penúltimo item em 2012 obteve média igual a de 2013 e o último item média superior, equivalente a 4,2.

No que diz respeito a média dos itens “Adequação das atividades desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos”, “Integração entre teoria, pesquisa, prática e aspectos da realidade” e “Pontualidade no cumprimento dos horários de início e término das aulas” ocorreu um pequeno aumento comparando o segundo semestre de 2012 com o segundo de 2013, passando respectivamente de 4,2, 4,3 e 4,3 para 4,3, 4,4 e 4,4. É possível constatar que entre as médias dos itens apresentadas no quadro acima referente ao bloco percepção sobre o desempenho do professor não foram inferiores a 4.

Diante da análise realizada sobre as médias gerais e média dos itens da percepção sobre o desempenho do docente foi possível detectar pontos significativos, tais como: o percentual de avaliações respondidas dos três departamentos da Faculdade de Educação no segundo semestre de 2012 foi de 32,3% caindo no segundo semestre de 2013 para 21,5%, o outro ponto a considerar é que todos os itens do MTC, PAD e TEF, tanto de 2012 como de 2013 desse mesmo período, obtiveram média a partir de 4 na escala de 1 a 5, tendo item com média próximo a 5. Com isso, entende-se que apesar do número de alunos respondentes ter diminuído a média dos itens da avaliação não sofreu grandes alterações.

Ao analisar as médias dos itens do bloco “Percepção sobre o desempenho docente” dos três departamentos (MTC, PAD e TEF) da Faculdade de Educação foi possível identificar que os itens que receberam maior média tanto no segundo semestre de 2012 quanto no segundo semestre de 2013 foram os item 1 “Domínio dos conteúdos ministrados” e o item 12 “Assiduidade (cumprimento do calendário acadêmico).

Nesse sentido, destaca-se que no segundo semestre de 2012 os itens 1 e 12 alcançaram a média 4,5 tanto no MTC como no TEF. No PAD a maior média nesse período ficou apenas para o item 1 com 4,8. Nesse mesmo período em 2013 as médias dos itens se repetiram no MTC e no PAD, já no TEF apenas o item 1 ficou com a maior média, correspondendo a 4,6.

No que se refere aos itens que precisam ser melhorados, o item de menor média foi o 4 “Capacidade de despertar o interesse dos estudantes em relação aos conteúdos”. Esse item recebeu menor média nos três departamentos tanto no segundo semestre de 2012 como no

segundo semestre de 2013. No MTC, nos dois semestres a média foi 4,0. No PAD em 2012 foi 4,2 e em 2013 4,3. Por fim, no TEF em 2012 foi 4,0 e em 2013 4,1. É válido destacar que no segundo semestre de 2013 no TEF, além do item 4 mais dois itens receberam a média 4,1, são eles: item 5 “Utilização de estratégias de ensino que facilitam a aprendizagem” e o item 9 “Discussão dos resultados de avaliações de aprendizagem”.

Diante da análise realizada sobre as médias dos itens da avaliação docente, infere-se que a Faculdade de Educação obteve no segundo semestre de 2012 e no segundo semestre de 2013 resultados positivos no conjunto das médias dos três departamentos. Foi possível observar que em todos os departamentos houve uma queda no número de respondentes de um ano para o outro, sendo que com o passar do tempo esse número deveria progredir, pois os alunos a cada semestre vão se apropriando do processo. Destaca-se que a participação dos discentes é fundamental para que a avaliação consiga obter cada vez mais a sua efetividade.

3.2 A percepção de gestores da Faculdade de Educação sobre a avaliação docente na UnB

Os dados referentes a percepção de gestores da Faculdade de Educação sobre a avaliação docente na Universidade de Brasília, foram obtidos por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturado realizado com as chefes dos três departamentos da FE, Departamento de Métodos e Técnicas (MTC), Departamento de Planejamento e Administração (PAD) e o Departamento de Técnicas e Fundamentos (TEF).

Após a transcrição das entrevistas, as falas das entrevistadas foram estudadas para que fosse possível atender ao objetivo específico da pesquisa de avaliar a percepção das gestoras quanto à eficácia dos objetivos propostos pela política de avaliação institucional e acerca do uso dos resultados da avaliação docente na FE.

As questões do roteiro de entrevista foram agrupadas em dois eixos para análise, sendo que o primeiro eixo engloba as três primeiras perguntas sobre a avaliação docente no âmbito da política de avaliação institucional e o segundo refere-se ao uso dos resultados e possíveis melhorias na avaliação docente da Universidade de Brasília.

Ao analisar as falas das gestoras dos três departamentos da FE no que diz respeito ao primeiro eixo foi possível perceber que ao perguntar sobre a importância da avaliação docente as três gestoras afirmaram que a avaliação docente é importante. Como justificativa do por que consideram importante, as gestoras responderam da seguinte forma:

Gestora 1: “É um sinal do que eu realmente estou desenvolvendo na instituição [...] essa sistemática ou essa política de avaliação tende a nos ajudar a desenvolver o nosso trabalho e a também prestar conta do que a gente faz, do que nós fazemos aqui”.

Gestora 2: “Por que o aluno é o sujeito que está em processo de formação e ele tem uma expectativa da relação com o professor, uma relação que construa o conhecimento [...]”.

Gestora 3: “Por que ela pode nos dar um parâmetro de como é que seus professores estão, o que eles precisam, o que tem acontecido. Ela é importante desde que bem trabalhada e para um feedback para o próprio professor. É bem interessante para gente também pensar o que é que o aluno viu da tua disciplina, questão de estrutura, embora eu sempre faça avaliação da disciplina com eles. Ele é um instrumento importante, ele só é perigoso, mas se ele bem utilizado sem dúvida, toda avaliação no sentido de rever o trabalho, de apontar questões positivas, questões que podem ser melhoradas, toda avaliação é importante”.

Diante das considerações das gestoras da FE sobre o porquê da avaliação docente ser importante observa-se que na fala da gestora 1 a avaliação docente se apresenta como “sinal” do seu desempenho, ou seja, a avaliação pode alertar como está sendo o desempenho do professor. Ainda de acordo com ela, a sistemática de avaliação também vem ajudando no desenvolvimento e na prestação de conta do trabalho docente. Observa-se na fala da gestora 2 que a avaliação é relevante por que o aluno em formação gera uma expectativa da relação com o docente.

Na percepção da gestora 3 a avaliação docente é significativa por que serve como parâmetro para saber como os professores estão, o que precisam e para saber o que tem acontecido. Ela também acrescenta que a avaliação é importante a partir do momento que é bem trabalhada, além de servir como “feedback” para o docente. Outro aspecto destacado pela gestora 3 quanto a relevância da avaliação é que ela possibilita ao professor pensar o que o aluno viu da disciplina como também a questão da estrutura. Por último ela ainda coloca que a avaliação é um instrumento perigoso, mas importante quando bem utilizado, pois “toda avaliação no sentido de rever o trabalho, de apontar questões positivas, questões que podem ser melhoradas, toda avaliação é importante”.

Com relação ao questionamento sobre a finalidade da avaliação docente no âmbito da política de avaliação institucional da UnB foi possível obter as seguintes respostas das gestoras:

Gestora 1: “A avaliação ela é fundamental, principalmente a avaliação docente, ela é fundamental para uma instituição, para toda instituição, independente da natureza e aí eu estou pensando em escola como em geral, independente se é instituição superior ou se é pública ou se é privada, se é educação básica. Toda avaliação ela é importante para verificar a qualidade do trabalho que está sendo desenvolvido ali e a produção, os resultados e até uma forma de posicionar mesmo a instituição no

ranking nacional, local, mundial, isso é importante sim por que a gente vai interagindo, vai agregando, se agregando as outras grandes instituições. Agora, particularmente da Universidade de Brasília, eu não sei como é que eles, a nossa instituição, estou falando geral, a Universidade de Brasília como um todo, me admira muito a boa colocação que ela tem diante da dificuldade e da fragilidade dos instrumentos de avaliação que ela faz uso para avaliar [...] Eu acho que a avaliação principal que é essa avaliação docente ela está deixando muito a desejar”.

Gestora 2: “A gente tem falado muito sobre o papel dos professores no processo de formação dos alunos. Lógico, a gente precisa de laboratório, a gente precisa de condições estruturais, são vários fatores que implicam em uma instituição que oferece uma boa qualidade da educação, mas a formação dos professores e o comprometimento dos professores com a instituição ele é imprescindível. Se o professor ele tem, realmente um comprometimento com o tripé da universidade que seja pesquisa, o ensino e a extensão ele está contribuindo para a qualidade da educação sem dúvida, então é importante que o professor passe por um processo de avaliação. [...] Não dá pra pensar no processo de formação só com as aulas que são dadas e, e em relação a isso também eu acho que era, necessário haver uma avaliação da integração da atividade daquele professor com o todo do departamento ou com o todo da Faculdade de Educação, de outras faculdades e um processo de avaliação como a gente tem que é muito formal ele não possibilita fazer essa análise.

Gestora 3: Eu não sei como é que essa avaliação tem sido utilizada. Eu assumi a chefia em dezembro, desde então essa avaliação é oferecida aos professores apenas para suas progressões, mas eu não sei o que tem sido feito, eu não sei em âmbito institucional o que tem sido feito, o que se faz de fato de providência, quando os alunos colocam que precisam de melhoria, eu não tenho essa dimensão não.

A partir das falas das gestoras em relação a finalidade da avaliação docente, percebe-se que para a gestora 1 a avaliação no sentido mais amplo e independente da natureza do espaço educacional que esteja, ela tem a finalidade de verificar a qualidade do trabalho docente que está sendo desenvolvido, a produção e os resultados, além de permitir o posicionamento da instituição de ensino em rankings, porém evidencia-se na fala da gestora que os instrumentos de avaliação que a UnB faz uso para avaliar encontram-se com dificuldade e fragilidade. Observa-se que para a gestora a avaliação docente da UnB está deixando muito a desejar.

Para a gestora 2 a avaliação tem tido a finalidade de constatar a formação dos professores e o comprometimento deles com a instituição como forma de contribuir para a qualidade da educação. Já a gestora 3 afirma não ter grandes conhecimentos sobre a finalidade da avaliação docente, mas pontua que a avaliação serve para a progressão funcional dos professores.

Analisando a fala das gestoras sobre o questionamento quanto a finalidade da avaliação docente no âmbito da política de avaliação institucional da UnB, verificou-se que as gestoras demonstram não ter maiores conhecimentos sobre os objetivos institucionais da avaliação docente. Destaca-se que a gestora 3 apontou um dos objetivos da avaliação, o de servir para a progressão funcional.

Ao serem questionadas se concordam que a avaliação docente permite que a gestão da IES identifique as necessidades institucionais referentes aos seus docentes, as gestoras ponderaram que:

Gestora 1: “É, claro. Ela deveria possibilitar essa identificação das necessidades, mas do jeito que essa avaliação é aplicada, é valorizada, ela é quase inútil por que ela não demonstra com clareza, com fidedignidade a real prática exercida aqui dentro da faculdade. [...] Se você observar tem turma que você vê três respondentes. Então como é que vai ter validade isso?! Eu vou olhar para esse instrumento, para os dados, para as respostas dos alunos se ele não me dá elementos suficientes para eu fazer uma intervenção a partir daí?!”

Gestora 2: “Questões estruturais, eu retiraria, por exemplo, para diminuir, para enxugar mais essa avaliação docente, por que é o tipo de diagnóstico que o gestor pode fazer, o aluno não precisa responder aquele questionário com tudo aquilo. O aluno está respondendo o negócio que a instituição nem está dando conta de sanar”.

Gestora 3: “Parte né! Assim, ela tem que ser bem avaliada então desde que você olhe, é um dado não acredito que a avaliação vai nos dar a totalidade, mas acho que é um dado pra gente poder identificar sim quais as necessidades. Ela é mais um dado, sozinha ela não vai fazer nada, ela não é autônoma a esse ponto, mas ela é mais um dado que eu acho que sem dúvida nenhuma é importante, junto com outras situações que ocorrem que a instituição pode ficar atenta e fazer algo em relação a isso”.

Analisando a fala da gestora 1 observa-se que ela concorda que a avaliação docente no geral permite que a gestão da IES identifique necessidades institucionais referentes aos seus docentes, mas destaca que a atual avaliação desenvolvida na UnB não está demonstrando com clareza e precisão a real prática exercida dentro da faculdade e ainda segundo ela isso se dá pelo baixo quantitativo de respondentes da avaliação, diante disso acaba comprometendo a validade, não apresentando elementos suficientes para que se faça uma intervenção.

Quanto a percepção da gestora 2 entende-se por meio da sua fala que a avaliação poderia ser mais “enxuta” retirando questões estruturais, pois a seu ver o aluno responde algo que a “instituição não está dando conta de sanar”. Identifica-se na resposta da gestora 3 que a avaliação docente permite essa identificação das necessidades institucionais referente aos docentes pela gestão em parte, ela justifica afirmando que a avaliação precisa ser bem avaliada e que esse processo avaliativo não dá a totalidade, mas se apresenta como um dado que permite essa identificação. Ainda de acordo com a gestora 3 a avaliação docente não é autônoma para realizar sozinha essa identificação, ela é importante, mas precisa se unir com outras situações que ocorrem na instituição.

Os posicionamentos a seguir integram o segundo eixo de análise do roteiro de entrevista abrangendo os aspectos sobre a utilização dos resultados da avaliação docente por

cada departamento, bem como sobre as sugestões de melhorias na avaliação docente da Universidade de Brasília.

Gestora 1: “Eu vou ser sincera a você, nós não usamos o resultado da avaliação docente. [...] a gente distribui para cada professor, fica com o nosso, olha o nosso, estamos bem ou não estamos bem e aí engaveta. Não existe uma iniciativa da própria, aí eu estou falando de Faculdade de Educação, não existe uma iniciativa da Faculdade de Educação de analisar aqueles resultados, de analisar aquelas questões, aqueles itens que estão sendo avaliados. Então, eu acho importante que a gente enquanto academia e, principalmente a Faculdade de Educação, quer dizer, é daqui que a gente tem que ver isso, pudesse ter uma iniciativa de olhar pra esses dados, pra essas estatísticas e pensar sobre aquilo ali [...]”.

Gestora 2: “Eu acho que cada professor individualmente utiliza aquilo pra fazer um comparativo em relação a outros colegas, por exemplo, em relação a unidade como é que eu estou posicionado, como é que eu estou sendo avaliado aqui pelos alunos, mas o departamento não tem usado isso para uma política, para uma análise. Eu como chefe de departamento atualmente, por exemplo, não vejo como que eu posso fazer isso, por que não existe uma política para isso, eu não posso fazer individualmente”.

Gestora 3: “Cheguei aqui em dezembro por enquanto de maneira alguma, a não ser oferecer para o professor a avaliação que ele precisa. Como chefe nem pensei na questão da avaliação docente, nem pensei o que fazer, nem recebi orientação e também como chefe não pensei o que levar para os meus colegas para gente poder discutir essas avaliações”.

No que se refere a utilização dos resultados da avaliação docente no departamento da gestora 1, foi possível perceber diante da sua fala que o departamento não utiliza o resultado da avaliação docente, o resultado fica limitado a apreciação de cada professor. Observa-se ainda na fala da gestora que não há uma iniciativa da Faculdade de Educação de analisar os resultados advindos da avaliação docente, mas ressalta ser importante olhar e pensar sobre esses dados.

Ao analisar a fala da gestora 2 entende-se que os professores utilizam individualmente os resultados para fazer um comparativo em relação a unidade, para saber como estão sendo avaliados, mas destaca que o departamento não tem usado para uma política ou análise. Verifica-se que a gestora 2 não visualiza como utilizar os resultados da avaliação docente por que não há uma política para isso e afirma não poder fazer individualmente. Na fala da gestora 3 percebe-se que os resultados da avaliação docente são utilizados para oferecer ao professor a sua avaliação. Foi possível observar em sua fala que ela não recebeu orientação sobre a avaliação docente.

A seguir serão apresentadas as sugestões de melhorias para a avaliação docente da Universidade de Brasília, apontadas pelas gestoras dos três departamentos (MTC, PAD e TEF) da Faculdade de Educação.

Gestora 1: - “Tornar a avaliação discente algo que fosse obrigatório quando ele conclui a disciplina para ele se inscrever na próxima”.

- “Tornar possível uma discussão interna sobre esses dados, sobre esses resultados, os pares mesmo, professores, alunos, estudar os resultados dessas avaliações, até por que é possível dali a gente perceber o que precisa melhorar”;

- “Seria uma boa estratégia ir também conversar para fora da Faculdade de Educação, conversar com as outras faculdades aqui de dentro da Universidade de Brasília, saber como é que são os resultados das avaliações deles para comparar com as nossas. Às vezes lá tem uma coisa melhor que a gente não consegue fazer aqui e aprende com eles”.

Gestora 2: - “Eu acho que seria possível pensar num outro modelo de avaliação que não fosse tão individualizado como é atualmente, se realmente as nossas práticas mudassem um pouco. Ainda nossas práticas estão muito individualizadas, a gente tem poucas atividades coletivas, em conjunto, e isso dificulta você fazer um outro modelo de avaliação. Quer dizer é uma cultura, a gente tem uma cultura de trabalho individualista e aí tem uma prática de avaliação que é também individual”.

Gestora 3: - “Que o professor pudesse usar essa avaliação em prol do seu trabalho”.

Analisando as sugestões de melhorias para a avaliação docente da UnB foi possível observar que a gestora 1 destacou que a avaliação docente feita pelo discente poderia se tornar obrigatória quando o aluno concluisse uma disciplina para poder se matricular na próxima. As outras duas sugestões colocadas pela gestora 1 foi haver uma discussão interna sobre os resultados com os professores e alunos, estudar esses resultados para perceber o que precisa melhorar e conhecer como as outras faculdades da UnB trabalham os resultados da avaliação docente.

Percebe-se na fala da gestora 2 que seria possível pensar em outro modelo de avaliação que não fosse individualizado. Ainda segundo ela essa individualização decorre da cultura de trabalho individualista que gera uma prática de avaliação que é também individual. Na percepção da gestora 3 foi possível evidenciar que a sugestão de melhoria para a avaliação docente da UnB seria que o docente pudesse usar esse processo avaliativo em prol do seu trabalho.

3.3 A percepção de docentes da Faculdade de Educação sobre a avaliação docente na UnB

Para a obtenção dos dados sobre a percepção de docentes da Faculdade de Educação sobre a avaliação docente da Universidade de Brasília foi aplicado um questionário fechado, no qual todos os respondentes foram submetidos às mesmas perguntas e às mesmas opções de respostas.

Para análise dos dados obtidos foi realizado, após a coleta dos questionários, a devida tabulação. Em seguida esses dados foram agrupados em tabelas do Excell (2010) para obter o

cálculo das frequências e a moda dos itens. A moda como discorre SPIEGEL (1976, p.74) apud Zat (2010, p.529) “é o valor que ocorre com maior frequência num conjunto de dados, isto é, o valor mais comum”, ou seja, é o número que mais se repete nas respostas.

A tabela abaixo apresenta as frequências obtidas e a moda do primeiro eixo do questionário da pesquisa, quanto à avaliação docente no âmbito da política de avaliação institucional da Universidade de Brasília.

Tabela 5: Percepção dos professores da Faculdade de Educação da UnB sobre avaliação docente

Quanto à avaliação docente, no âmbito da política de avaliação institucional da Universidade de Brasília	Escala de Concordância							M°
	0	1	2	3	4	5	6	
	f	f	f	f	f	f	f	
Promove o autoconhecimento e tomada de decisões institucionais	7	5	7	8	1	1	2	3
Promove o aperfeiçoamento institucional	7	7	5	7	1	2	2	-
Tem caráter pedagógico	10	3	6	4	1	2	1	0
É um exercício de autoavaliação	9	2	6	7	1	3	3	0
Consiste em um trabalho conjunto de gestores, docentes e discentes	18	5	4	1	1	1	0	0
A participação dos discentes é significativa na efetividade da avaliação docente	9	4	7	2	1	4	4	0
O docente é protagonista no processo	11	6	7	2	1	2	1	0
Produz ações efetivas de melhoria do ensino	9	10	5	2	1	3	0	1
É parâmetro para correção de problemas na trajetória do ensino, rumo à excelência acadêmica	12	7	3	4	3	2	0	0
O instrumento de avaliação contempla todas as dimensões do trabalho docente	12	4	6	5	3	0	0	0

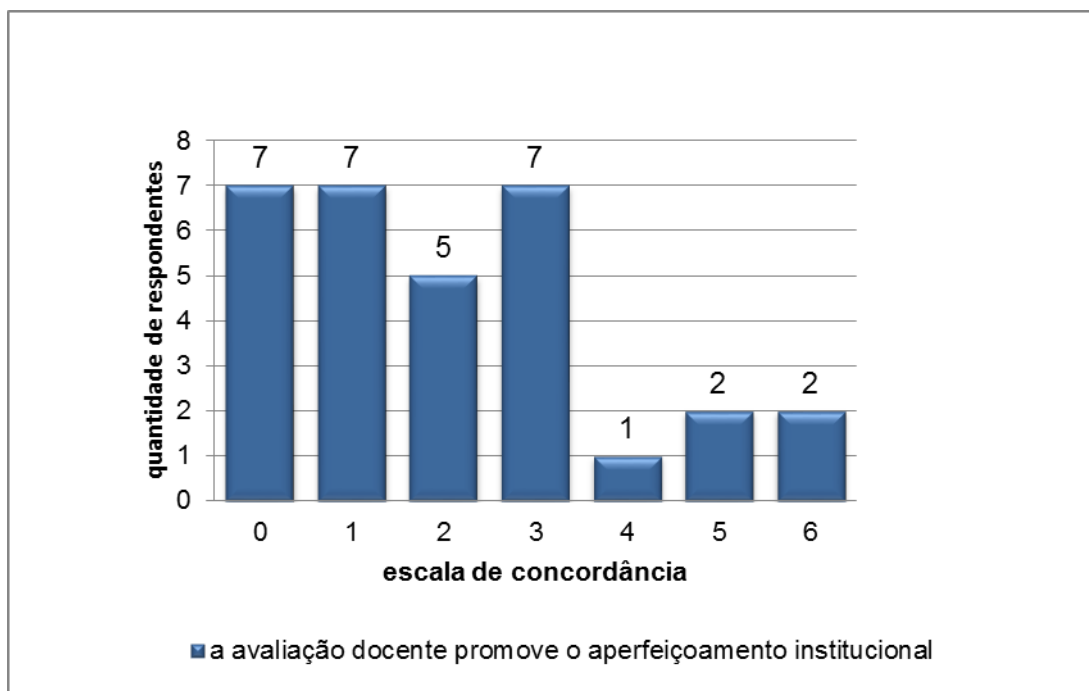
Fonte: Pesquisa de Campo/UnB-2015 Amostra: 31 respondentes.

Legenda: f = frequência; 0 = discordo plenamente; 1 = discordo; 2 = discordo parcialmente; 3 = nem discordo e nem concordo; 4 = concordo parcialmente; 5 = concordo; 6 = concordo plenamente; M° (moda) = número com mais frequência. (-) O item não apresenta moda.

Analisando os resultados do item 1, percebe-se que há uma discordância dividida entre os pontos 0 e 2 e a maior frequência no ponto 3. Observa-se uma tendência à discordância quanto à afirmação de que a avaliação docente promove o autoconhecimento e tomada de decisões institucionais, ao mesmo tempo em que a maior parte dos respondentes não se posicionam quanto à afirmação.

O gráfico 5 apresenta a percepção da amostra sobre: “a avaliação docente promove o aperfeiçoamento institucional”.

Gráfico 5: A avaliação docente promove o aperfeiçoamento institucional



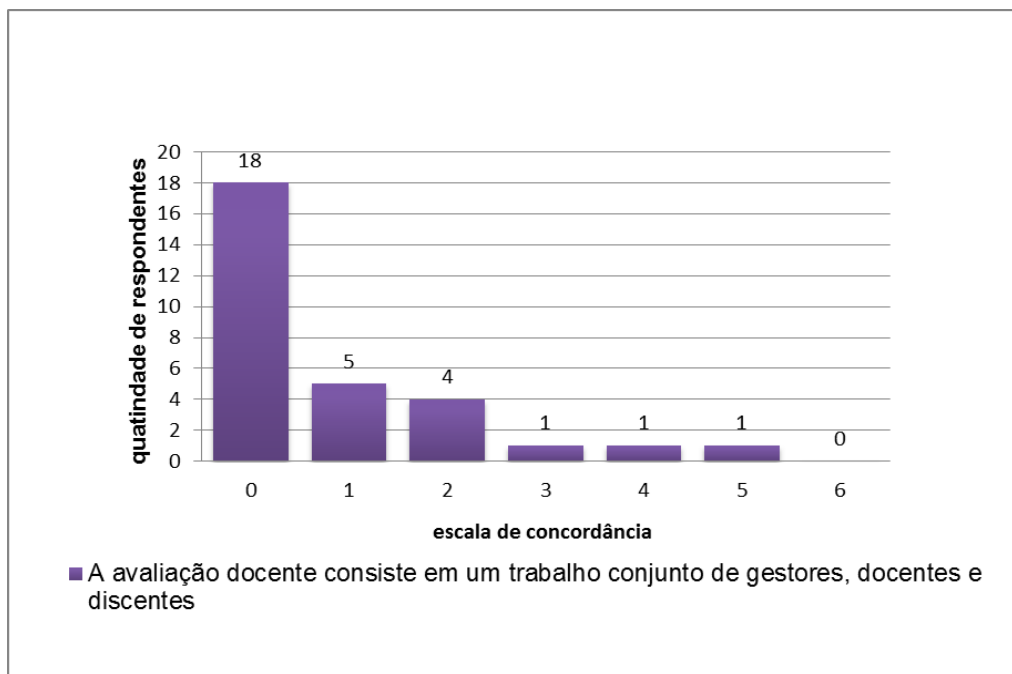
Fonte: Questionário de dados da pesquisa.

No segundo item, apresentado no gráfico acima, também visualiza-se uma tendência à discordância, discordância dividida entre os primeiros pontos da escala e também com o ponto neutro.

No que se refere ao item “Tem caráter pedagógico” há uma discordância forte no ponto 0 (discordo plenamente). Essa mesma discordância forte também se apresenta no item “É um exercício de autoavaliação”.

O próximo gráfico destaca os dados do item “Consiste em um trabalho conjunto de gestores, docentes e discentes” do questionário aplicado aos professores da Faculdade de Educação da UnB.

Gráfico 6: A avaliação docente consiste em um trabalho conjunto de gestores, docentes e discentes



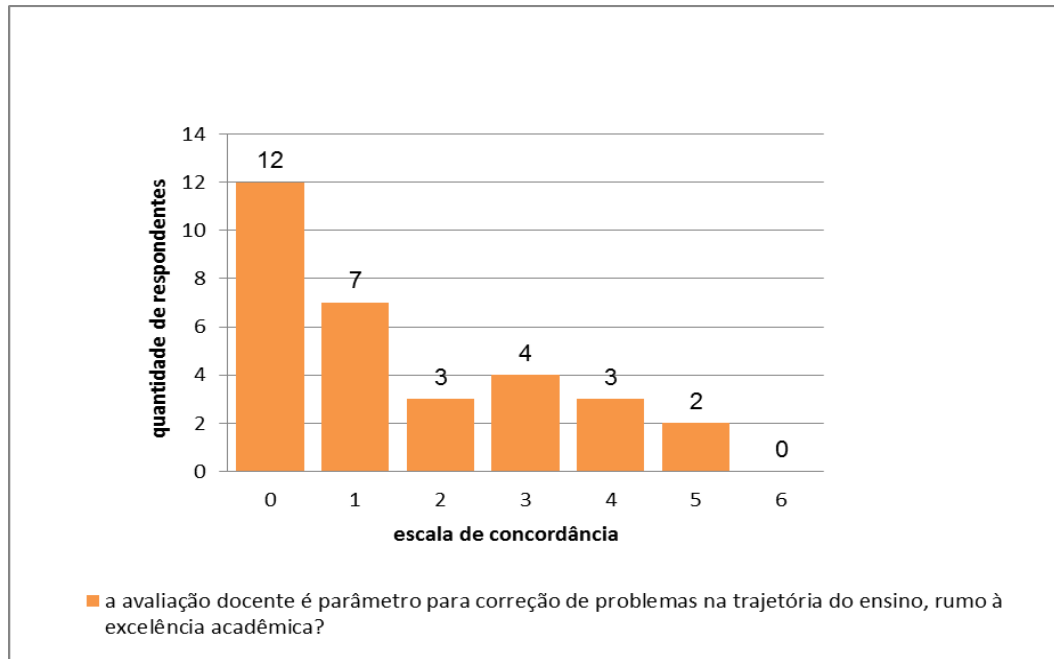
Fonte: Questionário de dados da pesquisa.

Os dados do gráfico 6 se destacam por apresentar uma discordância muito forte, em que a maioria dos respondentes apontou discordar plenamente da afirmação apresentada. Esse foi o item com maior frequência de respostas encontradas na extremidade da discordância plena.

Diante das respostas dos pesquisados ocorre no item “A participação dos discentes é significativa na efetividade da avaliação docente” uma discordância. A discordância do item em questão ficou dividida entre o ponto 0 (discordo plenamente) e 2 (discordo parcialmente). Com relação ao item “O docente é protagonista no processo” foi possível verificar que há uma discordância muito forte quanto a questão apresentada. De acordo com as respostas obtidas no item “Produz ações efetivas de melhoria do ensino” verifica-se que há uma discordância forte no ponto 1 (discordo).

O gráfico a seguir apresenta informações referente ao item “É parâmetro para correção de problemas na trajetória do ensino, rumo à excelência acadêmica” do questionário aplicado aos docentes da Faculdade de Educação da UnB.

Gráfico 7: A avaliação docente é parâmetro para correção de problemas na trajetória do ensino, rumo à excelência acadêmica

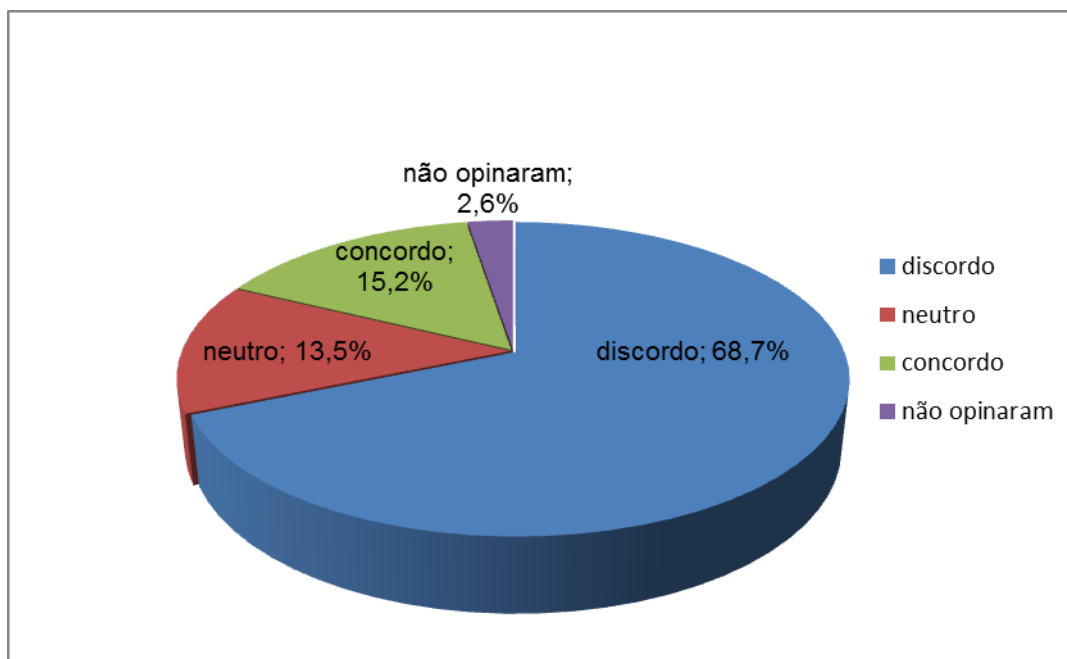


Fonte: Questionário de dados da pesquisa.

Quanto ao item exposto no gráfico acima “É parâmetro para correção de problemas na trajetória do ensino, rumo à excelência acadêmica” o quantitativo de respostas obtidas apontaram para uma discordância muito forte no ponto 0.

O último item do primeiro eixo “O instrumento de avaliação contempla todas as dimensões do trabalho docente” é possível destacar que ocorreu também uma discordância muito forte no ponto 0 da extremidade da escala.

Por meio do gráfico a seguir buscou-se mostrar uma visão geral dos dados desse primeiro eixo em que trás o percentual com o quantitativo de respostas que apontaram para a discordância, para a neutralidade, para a concordância, além de trazer o percentual dos itens em que os pesquisados não opinaram.

Gráfico 8: Percentual quanto a discordância, concordância, neutralidade

Fonte: Questionário de dados da pesquisa.

Os dados acima revelam que as respostas dos pesquisados aos itens tenderam muito fortemente a discordância, representando a maioria das respostas dadas com o percentual de 68,7%. As opiniões para concordância alcançaram 15,2%, já para a neutralidade foi 13,5%. Os itens que não receberam a opinião dos participantes representam 2,6% das respostas dadas.

Após a análise dos itens do eixo referente a avaliação docente no âmbito da política de avaliação institucional será apresentada a seguir a análise do segundo eixo do questionário da pesquisa quanto ao uso dos resultados da avaliação docente na Universidade de Brasília.

A tabela abaixo mostra as frequências obtidas e a moda do segundo eixo do questionário da pesquisa, quanto ao uso dos resultados da avaliação docente na Universidade de Brasília.

Tabela 6: Percepção dos professores da Faculdade de Educação da UnB quanto ao uso dos resultados da avaliação docente.

Quanto ao uso dos resultados da Avaliação Docente na Universidade de Brasília	Escala de Concordância							M°
	0	1	2	3	4	5	6	
	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	
Possibilita reflexão sobre a prática docente	10	4	7	1	5	2	2	0
Permite a redefinição dos rumos das ações pedagógicas	12	4	9	1	2	2	1	0

Promove a transformação de práticas	12	6	8	0	2	2	1	0
Qualifica a ação docente	9	7	8	2	2	1	1	0
Melhora o desempenho docente	10	6	6	3	2	2	1	0
Serve para a progressão funcional	1	1	2	1	5	6	15	6
Proporciona melhoria na formação dos estudantes	11	6	8	1	3	1	1	0

Fonte: Pesquisa de Campo/UnB-2015 Amostra: 31 respondentes.

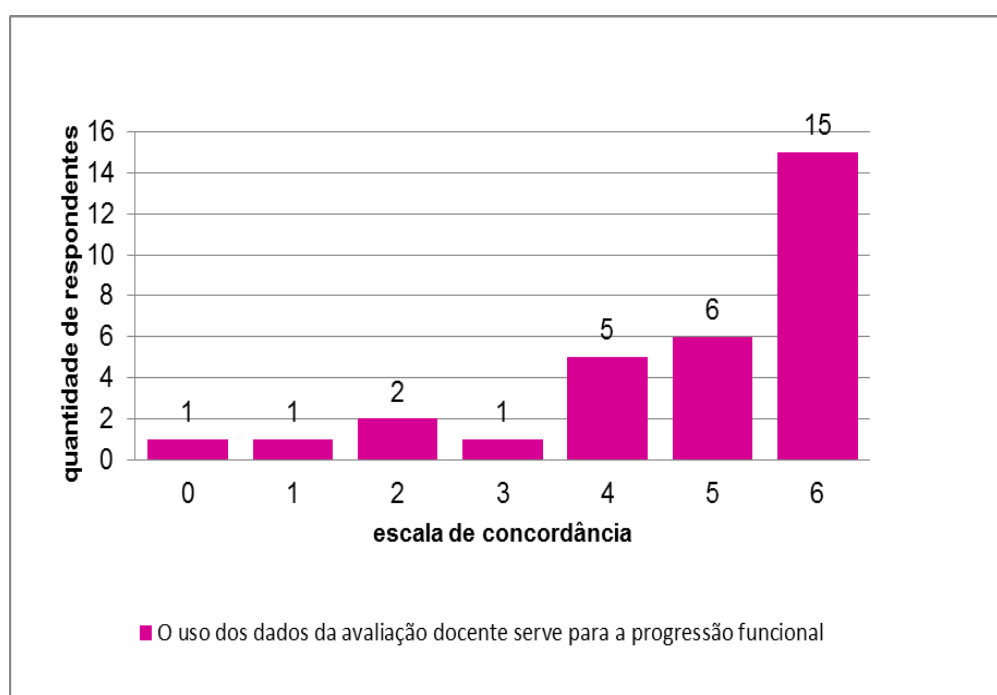
Legenda: f = frequência; 0 = discordo plenamente; 1 = discordo; 2 = discordo parcialmente; 3 = nem discordo e nem concordo; 4 = concordo parcialmente; 5 = concordo; 6 = concordo plenamente

Ao analisar o item 1 “Possibilita reflexão sobre a prática docente” verifica-se que há uma discordância muito forte, o que é possível observar também no item seguinte “Permite a redefinição dos rumos das ações pedagógicas”.

No que se refere ao item “Promove a transformação de práticas” observa-se que novamente ocorreu uma discordância muito forte. Com relação ao item “Qualifica a ação docente” ocorreu uma discordância dividida entre o ponto 0 (discordo plenamente) e 2 (discordo parcialmente). Quanto ao item “Melhora o desempenho docente” percebe-se que há uma discordância muito forte destacada no ponto discordo plenamente.

O gráfico abaixo apresenta informações referentes ao item “Serve para a progressão funcional” do questionário da pesquisa aplicado aos professores dos departamentos da Faculdade de Educação.

Gráfico 9: A avaliação docente serve para a progressão funcional



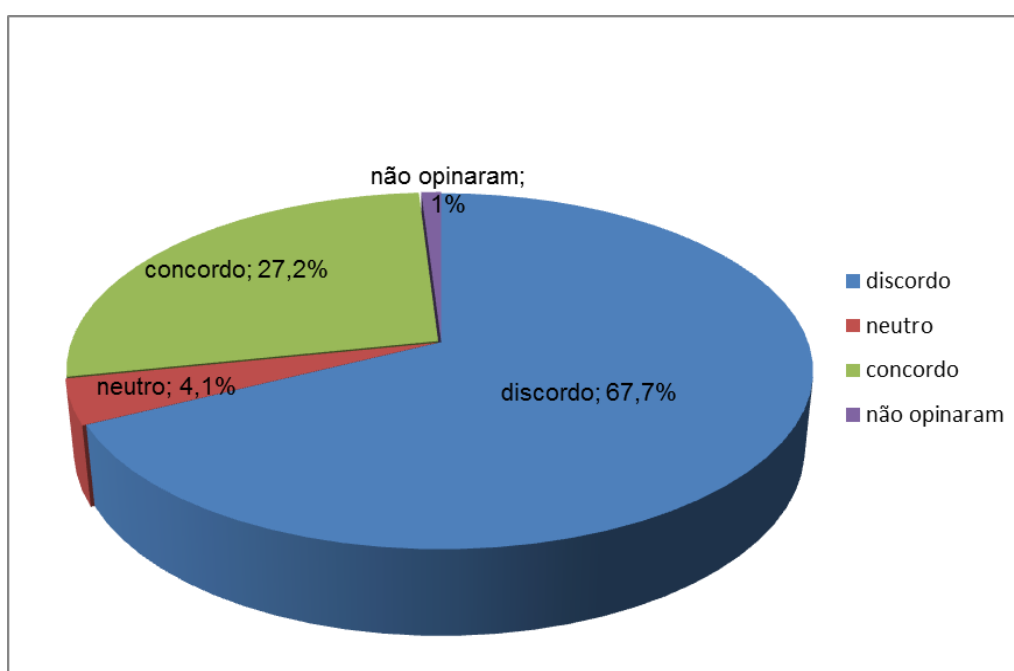
Fonte: Questionário de dados da pesquisa.

A partir dos dados presente no gráfico 9 é possível observar que há uma concordância muito forte no que se refere ao item sobre a avaliação docente servir para a progressão funcional. É válido destacar que esse foi o item com maior frequência de respostas para o ponto concordo plenamente, tanto em comparação com os itens do primeiro eixo quanto com os do segundo eixo.

Analisando o último item do segundo eixo “Proporciona melhoria na formação dos estudantes” verifica-se uma discordância muito forte acentuada no ponto 0 (discordo plenamente).

O gráfico 10 apresenta o percentual que mostra o quantitativo de respostas no intervalo da discordância e da concordância, como também o percentual para a neutralidade e dos itens os quais não receberam opinião dos pesquisados.

Gráfico 10: Percentual quanto a discordância, concordância, neutralidade



Fonte: Questionário de dados da pesquisa.

Conforme a demonstração dos dados acima é possível observar que nesse segundo eixo as respostas dos pesquisados, assim como no primeiro eixo, também obtiveram maior tendência a discordância, totalizando 67,7%. Já as opiniões para o intervalo da concordância foi de 27,2%. As opiniões destinadas a neutralidade ficou em 4,1% e os que não opinaram representa apenas 1% para esse eixo.

3.4 Possíveis conclusões sobre a percepção dos gestores e professores da Faculdade de Educação sobre a avaliação docente da UnB

Os dados revelaram que os **objetivos da avaliação docente na UnB** estão, em um primeiro momento, vinculados ao Plano de Autoavaliação Institucional e, nesse sentido, busca o autoconhecimento institucional e a tomada de decisões. Tais objetivos concordam com Belloni (2000), ao considerar que a avaliação institucional visa o “aperfeiçoamento” que implica na melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da gestão e demais aspectos que envolvem a instituição. Quanto aos objetivos dessa avaliação, a autora diz que a avaliação da educação superior tem dois objetivos básicos: “o autoconhecimento e a tomada de decisão com a finalidade de aperfeiçoar seu funcionamento”.

Em um segundo momento, os relatórios institucionais dizem serem os objetivos da avaliação docente: autoconhecimento dos docentes; produzir ações efetivas de melhoria no ensino; ser parâmetro para corrigir problemas de trajetória do ensino rumo à excelência acadêmica; ser utilizada pelos colegiados dos cursos; e, ampliar a qualidade da graduação e consequentemente proporcionar melhorias na formação do estudante.

Quanto aos objetivos percebeu-se que, na percepção das gestoras pesquisadas a avaliação docente é um processo avaliativo importante, elas demonstram não ter muita clareza sobre os objetivos institucionais da avaliação docente. As gestoras discorrem sobre a finalidade de verificar a qualidade do trabalho docente que está sendo desenvolvido, a produção e os resultados, permitir o posicionamento da instituição de ensino em rankings, constatar a formação dos professores e o comprometimento deles com a instituição como forma de contribuir para a qualidade da educação, e que serve para a progressão funcional.

Disso, pode-se concluir que a avaliação docente ainda é pouco discutida pelos próprios sujeitos avaliados, pois uma condição que se coloca para a efetividade da avaliação é o pleno conhecimento de seus objetivos e de seus resultados.

No que se refere à **eficácia da avaliação docente na UnB**, gestoras e professores consideraram que os objetivos propostos não são plenamente alcançados. As falas de duas gestoras reforçam o potencial da avaliação docente, ao mesmo tempo em que apontam a fragilidade da sua eficácia. “Ela deveria possibilitar essa identificação das necessidades, mas do jeito que essa avaliação é aplicada, ela é quase inútil por que ela não demonstra com clareza, com fidedignidade a prática exercida aqui dentro da faculdade. (Gestora 1)”. “É um dado pra gente poder identificar, sim, quais as necessidades, mas sozinha ela não vai fazer nada. (Gestora 3)”. Na mesma direção, os docentes pesquisados discordam fortemente que os

objetivos de autoconhecimento institucional, produzir ações efetivas de melhorias no ensino ser parâmetro para corrigir problemas de trajetória do ensino rumo à excelência acadêmica são alcançados.

Quanto aos objetivos de possibilitar reflexão sobre a prática docente e melhoria dessa prática, as gestoras os consideram como possibilidade, mas não concretizada pela fragilidade do processo avaliativo, por não considerar todas as dimensões da prática docente. Na percepção dos professores pesquisados, eles apresentaram uma discordância muito forte sobre esses dois objetivos.

Diante disso, percebe-se que a avaliação docente na UnB ainda precisa avançar no sentido de que Sordi e Ludke (2009, p.317) afirmam que “a aprendizagem da avaliação precisa ser elevada à condição estratégica nos processos de formação”, incluindo o exercício de autoavaliação. Além disso, considerar, conforme Macedo (2001, p.54) que, diante da presença do “necessário suporte institucional”, será o docente que se responsabilizará pela quantidade e qualidade da melhoria do processo ensino/aprendizagem e é nesse sentido que a avaliação docente tem papel principal, ao permitir aos gestores que observem as necessidades que precisam ser supridas na instituição referente ao seu quadro docente, e aos professores a reflexão sobre a sua prática, visando sempre a busca pela melhoria no seu desempenho da prática de ensinar.

Com relação ao objetivo de proporcionar melhoria na formação do estudante percebe-se que não há um pronunciamento na fala das gestoras que se refira a esse objetivo. Já os professores pesquisados opinaram com uma discordância muito forte. O Relatório de Autoavaliação Institucional da UnB (2013) ratifica a ideia de que essas avaliações sejam utilizadas pelos colegiados dos cursos para que se possa ampliar a qualidade da graduação e consequentemente proporcionar melhorias na formação do estudante.

No que diz respeito ao objetivo da avaliação docente de servir para a progressão funcional, verificou-se na fala da gestora 3 quando questionada que a informação que ela conhecia era que a avaliação tem esse objetivo. Os docentes pesquisados destacam concordar quanto ao cumprimento desse objetivo. Conforme Relatório de autoavaliação institucional da UnB (2013) a avaliação docente é utilizada pela Câmara de Carreira Docente (CCD) como um dos parâmetros para a progressão funcional de todos os professores. Verificou-se, portanto, que, para gestoras e professores, a avaliação docente possui mais regulação, responsabilização.

Quanto ao uso dos resultados, os documentos preveem que os colegiados utilizem a avaliação docente para reflexão sobre a prática docente e proposições de melhoria dessa prática, bem como da formação do estudante, e ainda, para a progressão funcional.

Ao analisar a fala das gestoras sobre o questionamento de como o departamento utiliza os resultados da avaliação docente foi possível perceber que os resultados não estão sendo utilizados como propõe os objetivos dessa avaliação. Verifica-se também por meio das falas das entrevistadas que os resultados são apreciados de forma individual por cada professor e que não há uma iniciativa da Faculdade de Educação, uma política que discorra como esses resultados podem ser trabalhados pelos gestores com os docentes. Essa percepção se apresentou em concordância com os professores, os quais indicaram que os usos dos resultados da avaliação docente servem somente à progressão funcional.

Diante da análise realizada sobre o conteúdo dos relatórios da avaliação docente do segundo semestre do ano de 2012 e 2013, bem como sobre os questionários aplicados aos docentes e as entrevistas com as gestoras da Faculdade de Educação, foi possível constatar que a avaliação docente é um processo avaliativo relevante para a instituição de ensino, mas que precisa contar fundamentalmente com a participação efetiva dos sujeitos que integram essa instituição para que seus resultados tenham maior validade e sejam discutidos e trabalhados conjuntamente.

Atualmente, o quantitativo de alunos que participam da avaliação está baixo, pois do total significativo de avaliações submetidas, o percentual de avaliações não respondidas se sobressai ao percentual de respondidas, conforme dados apresentados dos relatórios da avaliação docente do segundo semestre de 2012 e 2013 para os departamentos da Faculdade de Educação da UnB. Essa baixa participação dos alunos também é destacada tanto nas falas das gestoras da FE como na percepção dos docentes através do questionário aplicado.

Da mesma forma que se destaca que a participação dos alunos precisa atingir um maior percentual de respondentes para que a avaliação se torne cada vez mais fidedigna é fundamental que os gestores e professores disponibilizem maior atenção e importância a avaliação docente para que assim possam trabalhar juntos os resultados desse processo avaliativo. A proposição de se trabalhar de forma coletiva os resultados dessa avaliação é confirmado nas falas das gestoras entrevistadas como também é apresentado nas opiniões obtidas por meio do questionário, o qual revela fortemente uma discordância que a atual avaliação não vem consistindo em um trabalho conjunto de gestores, docentes e discentes.

Dessa forma, é de suma importância que a instituição de ensino também se encarregue de ressaltar e esclarecer a relevância, os objetivos e finalidades da avaliação para que a

comunidade acadêmica, gestores e professores possam se envolver de forma mais integrada na sistemática de avaliação. Diante disso, ratifica-se a necessidade de se trabalhar os resultados como forma de dirimir possíveis problemas na trajetória do ensino para que se possa produzir também ações efetivas que ocasionem melhorias tanto no que se refere ao suprimento de necessidades institucionais como as que se direcionam ao processo de ensino.

Assim, é possível destacar algumas iniciativas que podem contribuir para o entendimento da avaliação docente e para uma melhor condução dos resultados dessa avaliação, tais como: a promoção pela instituição de ensino superior de fóruns que abordem essa temática para os alunos ingressantes, ressaltando todos os aspectos que contemplam a avaliação e a importância da participação destes no decorrer do curso para o processo, a criação de uma política interna que oriente gestores e professores a utilizar de forma mais produtiva os resultados da avaliação, a realização de seminários e debates internos que possibilitem os docentes conhecer e participar positivamente na construção e desenvolvimento dos critérios a serem avaliados presentes na avaliação, um acompanhamento contínuo dos resultados da avaliação docente junto as unidades acadêmicas pela comissão própria de avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar o uso dos resultados da avaliação docente da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Para isso tratou de identificar o processo de avaliação docente no âmbito da política de avaliação institucional, como também analisar a eficácia dos objetivos propostos pela política de avaliação institucional e avaliar a percepção de professores e gestores acerca do uso dos resultados da avaliação docente.

A pesquisa identificou que, apesar dos objetivos institucionais da avaliação docente estarem voltados ao autoconhecimento e à tomada de decisões, à reflexão e melhoria da prática docente e da formação do estudante, estes não estão sendo alcançados, na visão de professores e gestoras.

Também foi possível perceber que os resultados da avaliação docente não estão sendo utilizados para ações efetivas de melhorias, redefinição de práticas, e nem debatidos pela gestão da Faculdade de Educação. De acordo com a opinião dos professores e gestoras, essa avaliação tem servido, basicamente, para a progressão funcional.

A literatura aponta que a avaliação institucional não deve ser compreendida como instrumento quantificador de atividades dos indivíduos, nem premiar ou punir as fragilidades, mas buscar orientar a educação para as suas finalidades específicas. Bordignon (1995) corrobora com esse entendimento afirmando que:

A questão fundamental, tanto a da avaliação institucional quanto a do rendimento dos alunos, não se situa na quantificação de resultados, nem nos métodos de sua medição, mas na identificação dos meios e processos, das causas determinantes dos resultados, considerando a globalidade das variáveis organizacionais e representando o projeto de qualidade, a missão institucional (p.403).

É nesse sentido que os resultados da avaliação docente devem ser considerados, ou seja, eles não devem ser apresentados apenas como quantificadores, mas como parâmetro para reflexão e identificação de melhorias rumo a excelência acadêmica.

O que se pode entender e enfatizar com esse estudo é que a avaliação docente no âmbito da política de avaliação institucional deve servir como um mecanismo que promova o autoconhecimento, tomada de decisões institucionais, além de possibilitar por meio dos seus resultados a reflexão sobre a prática docente e a redefinição dos rumos das ações pedagógicas, promovendo assim, a transformação de práticas e proporcionando melhorias na formação dos estudantes.

Assim sendo, verifica-se que as questões sobre a temática de avaliação docente precisam ser amplamente discutidas na Faculdade de Educação como forma de possibilitar o desenvolvimento de práticas efetivas no que diz respeito ao uso dos resultados desse processo

avaliativo. Para isso destaca-se que seria interessante a iniciativa da instituição de ensino superior criar uma política interna que oriente gestores e professores a utilizar de forma mais produtiva os resultados dessa avaliação, assim como informar os alunos sobre a existência e importância desse processo avaliativo para que a participação destes sujeitos se torne no decorrer do curso mais efetiva.

Esse estudo estruturado no Trabalho Final de Conclusão de Curso tem o intuito de contribuir significativamente para maiores conhecimentos em torno da temática da avaliação docente, pois o tema é considerado de grande relevância para a comunidade acadêmica, gestão institucional e futuros profissionais da Educação. É válido considerar que este trabalho não pretende esgotar os estudos e investigações sobre a temática abordada, mas instigar o desenvolvimento de futuras pesquisas com o propósito de aprofundar os estudos sobre a avaliação docente.

REFERÊNCIAS

- BALZAN, N.C; SOBRINHO, J.D. (Org.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BELLONI, I. et al. **Avaliação institucional da Universidade de Brasília**. In: DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 87-113.
- BELLONI, Isaura. **Avaliação institucional: um instrumento de democratização da educação**. Linhas críticas. v 5. n. 9. 1999.
- BELLONI, I. **Universidade e o compromisso da avaliação institucional na reconstrução do espaço social**. In: **Avaliação**. Campinas, SP, v.1, n. 2. 2000, p.6-14.
- BONICI, R. M. C.; JUNIOR, C. F. A. **Medindo a satisfação dos estudantes em relação a disciplina on-line de probabilidade e estatística**. Setor Educacional: Educação universitária. São Paulo, SP, 2011, p. 1-10.
- BORDIGNON, Genuíno. **Avaliação na Gestão de Organizações Educacionais**. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.3, n.9, p.401-410, 1995.
- BRASIL. Lei ° 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm Acesso em: 13 mai 2015.
- BRASIL. Decreto n.º 2.026, de 10 de outubro de 1996. **Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D2026.htm Acesso em: 20 mai 2015.
- BRASIL. Decreto nº 3.860, 9 de julho de 2001. **Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DecN3860.pdf> Acesso em: 15 mai 2015.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm Acesso em: 13 mai 2015.
- BRASIL. Lei nº 13.005/14, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em: 15 jun 2015.

_____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394 de 1996. Brasília: Subsecretaria Edições Técnicas, 1997.

BRASIL, R. A. et al. **O processo da avaliação institucional como multiplicador de iniciativas para o aperfeiçoamento docente – 2ª parte**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 4, 2007. p. 663-684.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, 2008. p.07.

FE, Faculdade de Educação. **Informações sobre os departamentos**. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/departamentos> Acesso em: 21 jun 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acessado em: 25 jun 2015.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica**, 5. ed. Campinas: Alínea, 2011.

MACEDO, S. G. **Desempenho Docente pela Avaliação Discente: uma proposta metodológica para subsidiar a gestão universitária**. Tese. Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001. p. 01-132.

MATUICHUK, Miraldo; SILVA, Maclovio Corrêa. **Avaliação do docente pelo discente na melhoria do desempenho institucional: UTFPR/SIAVI**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, 2013. p. 323-348.

NETO, J. S. et al. **Plano de autoavaliação da Universidade de Brasília**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2013/centro_oeste/eixo_1/unb_plano_autoavaliacao.pdf Acesso em 14 mai 2015.

OLIVEIRA, João Ferreira; FONSECA, Marília; AMARAL, Nelson Cardoso. **Avaliação, desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico**. Curitiba: Educar, n. 28, p. 71-87, 2006.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo. **Amostragem não Probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas**. 2001. Disponível em: http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm Acessado em: 20 jun 2015

PARO, Bruno. **A Escala Likert – coisas que todo pesquisador deveria saber**. 2012. Disponível em: <http://www.netquest.com/blog/br/a-escala-likert-coisas-que-todo-pesquisador-deveria-saber/> Acessado em: 18 jun 2015.

POLIDORI, M. M. et al. **SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 425-436, 2006.

RISTOFF, D. I. **Avaliação institucional: pensando princípios**. In: DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Orgs.). Avaliação institucional: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 2011, p. 37-51.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos**. In: Avaliação. Campinas; Sorocaba, SP, v. 1, nº 1, 1996, p.15-24.

SOBRINHO, J.D. (Org.). **Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos**. In: DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Orgs.). Avaliação institucional: teoria e experiências. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 15 – 36.

SORDI, M; LUDKE, M. **Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, 2009.

SINAES – **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação** / [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. – 5. ed., revisada e ampliada – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009. p. 328.

UNB, Universidade de Brasília. **Criação**. Disponível em: http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/criacao Acesso em 13 abr 2015.

UNB, Universidade de Brasília. **O Plano Orientador de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro e o Início da Universidade de Brasília 1962**. 2007. Disponível em: http://www.pdi.uff.br//images/pdf/multimidiaapresentacoes/PLANO_ORIENTADOR_UNB.pdf Acesso em 13 abr 2015.

UNB, Universidade de Brasília. **Relatório Preliminar de Auto Avaliação Institucional da Universidade de Brasília**. Disponível em: http://www.unb.br/unb/downloads/rel_auto_aval_cpa_ag_2006.pdf. Acessado: 16 abr 2015.

UNB, Universidade de Brasília. **Relatório Preliminar de Auto Avaliação Institucional da Universidade de Brasília**. Disponível em: http://www.dpo.unb.br/documentos/relatorio_autoavaliacao_2010.pdf Acessado: 13 mai 2015.

UNB, Universidade de Brasília. **Relatório Preliminar de Auto Avaliação Institucional da Universidade de Brasília.** Disponível em: http://www.dpo.unb.br/documentos/relatorio_autoavaliacao_2011.pdf Acessado: 14 mai 2015.

UNB, Universidade de Brasília. **Relatório Preliminar de Auto Avaliação Institucional da Universidade de Brasília.** Disponível em: http://www.dpo.unb.br/documentos/relatorio_autoavaliacao_2012.pdf Acessado: 13 mai 2015.

UNB, Universidade de Brasília. **Relatório Preliminar de Auto Avaliação Institucional da Universidade de Brasília.** Disponível em: http://www.dpo.unb.br/documentos/relatorio_autoavaliacao_2013.pdf Acessado: 30 mar 2015.

UNB, Universidade de Brasília. **Relatório Preliminar de Auto Avaliação Institucional da Universidade de Brasília.** Disponível em: http://www.dpo.unb.br/documentos/relatorio_autoavaliacao_2014.pdf Acessado: 16 abr 2015.

UNB, Universidade de Brasília. **Sobre a instituição.** Disponível em: <http://www.unb.br/sobre>. Acesso em 13 abr 2015.

VIANNA, M. Heraldo. **Avaliação de Cursos pelos Alunos: considerações.** Estudos em Avaliação Educacional, SP. n. 29, 2004.

ZAT, Ancilla Dall'Onder. **Moda estatística: relações conceituais.** Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/erematsul/minicursos/modaestatistica.pdf> Acessado: 18 jun 2015.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

A conclusão do curso de Pedagogia foi o primeiro passo dado na construção da minha carreira profissional. Os anseios quanto aos próximos estudos como Pedagoga estão direcionados as especializações, no intuito de obter novas experiências, ganhos cognitivos e aprimoramento das aprendizagens conquistadas no decorrer da graduação.

A fase do estágio obrigatório durante o curso de Pedagogia despertou em mim ainda mais o desejo de vivenciar inicialmente a sala de aula e, acima de tudo, de poder contribuir na formação dos estudantes. Não tem preço o reconhecimento e a gratidão estampada no carinho das crianças quando você dedica a elas atenção e o compromisso de saber fazer bem a missão de educar. Acredito que todo (a) Pedagogo (a), por mais que tenha outros propósitos, só se torna um profissional completo quando ele passa pelo dia a dia da sala de aula, pela realidade da educação do nosso país e pelas lutas diárias de valorização do docente.

Tenho também a perspectiva de poder chegar a atuar como Pedagoga em ambiente não escolar como forma de conhecer essa outra área da Pedagogia e poder desenvolver e demonstrar a importância do profissional da Educação tanto na área escolar como não escolar.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Você considera a avaliação docente importante? Por quê?
2. Qual a finalidade da avaliação docente, no âmbito da política de avaliação institucional da Universidade de Brasília?
3. Você concorda que a avaliação docente permite que a gestão da IES identifique as necessidades institucionais, referentes aos seus docentes?
4. Como seu departamento utiliza os resultados da avaliação docente?
5. O que poderia ser melhorado na avaliação docente da Universidade de Brasília?